

CIMPOR - CIMENTOS DE PORTUGAL, S.G.P.S., S.A.

**INFORMAÇÃO SOBRE A ACTIVIDADE
CONSOLIDADA NO
PRIMEIRO SEMESTRE DE 2005**

**Sociedade Aberta, com Sede Social em: Rua Alexandre Herculano, 35
1250-009 Lisboa**

Capital Social: 672.000.000 €

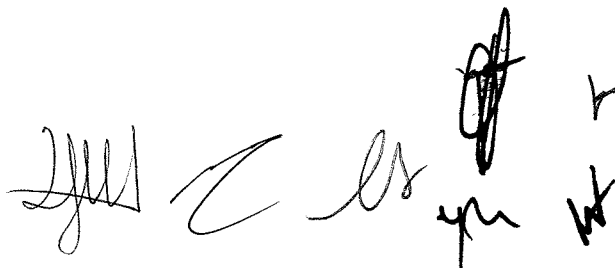
Nº de Pessoa Colectiva: 500 722 900

Nº de Registo na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa: 731

INFORMAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
SOBRE A ACTIVIDADE CONSOLIDADA NO
PRIMEIRO SEMESTRE DE 2005

SUMÁRIO:

- **Relatório de Gestão Sobre a Actividade Consolidada do 1º Semestre de 2005**
- **Demonstrações Consolidadas dos Resultados**
- **Balanços Consolidados**
- **Demonstrações Consolidadas dos Fluxos de Caixa**
- **Demonstrações Consolidadas das Alterações no Capital Próprio**
- **Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas**
- **Valores Mobiliários emitidos pela Sociedade e detidos pelos Órgãos Sociais**
- **Lista dos Titulares de Participações Sociais Qualificadas**
- **Relatório do Auditor registado na CMVM**

Handwritten signatures and initials in black ink, including a large signature, a stylized 'Z', 'es', 'gm', and 'lt'.

CIMPOR – CIMENTOS DE PORTUGAL, S.G.P.S., S.A.

Sociedade Aberta, com Sede Social em: Rua Alexandre Herculano, 35
1250-009 Lisboa

Capital Social: 672.000.000 €

Nº de Pessoa Colectiva: 500 722 900

Nº de Registo na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa: 731

**RELATÓRIO DE GESTÃO SOBRE A ACTIVIDADE CONSOLIDADA DO
1º SEMESTRE DE 2005**

1. Enquadramento Macroeconómico

Pela primeira vez nos últimos 14 trimestres, o consumo das famílias na Zona Euro, de Abril a Junho de 2005, foi inferior ao registado nos primeiros três meses do ano, conduzindo a um abrandamento da variação trimestral do PIB para apenas 0,3% (1,1% em termos de variação homóloga). Para o conjunto do ano, dados a alta sustentada do preço do petróleo, a ausência do estímulo da depreciação do euro (essencial no primeiro semestre) e o previsível abrandamento das economias externas, o crescimento do PIB dificilmente atingirá os 1,5%.

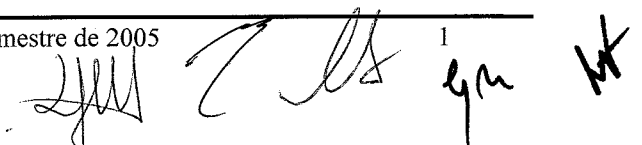
Nos EUA, apesar da queda verificada nos volumes de investimento, a evolução verificada no consumo e na procura externa possibilitaram que, no último trimestre, a economia tenha crescido 0,8% relativamente ao trimestre anterior e 3,6% em termos homólogos. No entanto, e ainda que a taxa de desemprego se encontre num mínimo de 4 anos, os actuais níveis do preço da energia, aliados ao “efeito Katrina”, não deverão permitir que, em 2005, a taxa de crescimento anual do PIB ultrapasse em muito os 3%.

Portugal, que continua a ser o principal mercado da CIMPOR, registou, no trimestre, um crescimento algo surpreendente: 1,0% face aos primeiros três meses do ano e uma ligeira aceleração, para 0,5%, relativamente ao período homólogo do ano anterior (o que, ainda assim, compara muito desfavoravelmente com o crescimento de 3,4% registado na vizinha Espanha). Os mesmos factores negativos que, previsivelmente, afectarão a economia da Zona Euro na segunda metade de 2005 não deixarão de reflectir-se, também, em Portugal, pelo que o crescimento do PIB, no corrente ano, não deverá ir além dos 0,5%.

2. Volume de Negócios

À excepção de Portugal e da Tunísia, todos os restantes mercados onde o Grupo CIMPOR desenvolve a sua actividade evoluíram positivamente neste primeiro semestre de 2005, com as vendas do Grupo (excluindo a Área de Negócios de Moçambique) a acompanharem a referida evolução.

No seu conjunto, e em termos consolidados, as vendas de cimento e clínquer totalizaram, de Janeiro a Junho do corrente ano, cerca de 9,7 milhões de toneladas (mais 4,7% que no período homólogo do ano anterior), com particular destaque para a Área de Negócios do Egipto, onde, além de um crescimento assinalável das exportações, se registou um aumento do volume de vendas no mercado interno de perto de 26%. Na Área de Negócios de Portugal, a diminuição verificada nas vendas de cimento (da ordem das 126 mil toneladas,



correspondentes a uma redução de 4,6%) foi quase totalmente compensada pelo incremento das exportações de clínquer (as quais, não considerando as vendas intragrupo, mais do que duplicaram relativamente ao primeiro semestre do ano transacto).

De assinalar, também, o início das actividades do Grupo no arquipélago de Cabo Verde, onde, em apenas três meses, foram vendidas cerca de 39 mil toneladas de cimento, correspondentes a uma quota de mercado que se estima em mais de 60%.

Vendas de Cimento e Clínquer
(em milhares de toneladas)

Área de Negócios	1º Sem. 2005	1º Sem. 2004	Var. %
Portugal	3 113	3 120	- 0,2
Espanha	2 118	2 068	2,4
Marrocos	443	400	10,9
Tunísia	704	744	- 5,4
Egipto	1 429	1 019	40,3
Brasil	1 699	1 634	4,0
Moçambique	270	283	- 4,5
África do Sul	533	518	2,7
Cabo Verde	39	-	-
(Intragrupo)	(632)	(510)	-
Total Consolidado	9 716	9 277	4,7

Com o aumento do número de centrais de betão nas Áreas de Negócios de Espanha e do Brasil, o alargamento desta actividade à África do Sul e o crescimento registado pela Área de Negócios de Portugal, as vendas de betão pronto ultrapassaram os 3,5 milhões de metros cúbicos (mais 7,5% que em idêntico período do ano anterior).

Os dois últimos factores explicam igualmente o aumento das vendas de agregados em cerca de 300 mil toneladas (5,0%), o qual só não foi mais expressivo devido à inoperacionalidade (temporária) de uma das principais pedreiras da Área de Negócios de Espanha. Quanto às vendas de argamassas, situaram-se aproximadamente ao mesmo nível do primeiro semestre de 2004.

Vendas de Betão, Agregados e Argamassas

Produto / Área de Negócios	1º Sem. 2005	1º Sem. 2004	Var. %
Betão (1 000 m3)			
Portugal	1 908	1 844	3,4
Espanha	1 294	1 211	6,9
Out. Áreas de Negócios	336	236	42,6
Total	3 538	3 291	7,5
Agregados (1 000 ton)			
Portugal	4 206	3 941	6,7
Espanha	1 844	1 984	- 7,1
Out. Áreas de Negócios	297	120	148,4
Total	6 347	6 045	5,0
Argamassas (1 000 ton)	241	242	- 0,6

O Volume de Negócios do Grupo cifrou-se, em termos consolidados, em 741 milhões de euros, registando um crescimento homólogo de 9,2%. Excluindo as transacções intragrupo, há a salientar o aumento significativo dos contributos, para este indicador, das Áreas de Negócios de Espanha, do Egipto e da África do Sul, bem como da actividade de *trading / shipping*, a par da evolução, igualmente favorável, da Área de Negócios de Marrocos. No Brasil, a valorização da moeda local em quase 10% face ao euro (em termos de câmbios médios do período) mais do que compensou a descida dos preços de venda, permitindo que o respectivo contributo para o Volume de Negócios do Grupo, quando medido na moeda europeia, aumentasse 6,5% em relação ao primeiro semestre do ano transacto.

Contributos para o Volume de Negócios *
(valores em milhões de euros)

Área de Negócios	1º Semestre 2005		1º Semestre 2004		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Portugal	264,9	35,7	264,0	38,9	0,9	0,3
Espanha	184,3	24,9	168,4	24,8	15,9	9,5
Marrocos	28,6	3,9	25,9	3,8	2,7	10,5
Tunísia	26,6	3,6	26,8	3,9	- 0,2	- 0,8
Egipto	40,6	5,5	28,6	4,2	12,0	41,8
Brasil	102,9	13,9	96,6	14,2	6,3	6,5
Moçambique	22,9	3,1	22,5	3,3	0,5	2,0
África do Sul	49,0	6,6	38,5	5,7	10,6	27,4
Cabo Verde	4,4	0,6	-	-	4,4	-
<i>Trading / Shipping</i>	16,9	2,3	7,2	1,1	9,7	134,3
Total Consolidado	741,1	100,0	678,4	100,0	62,7	9,2

* Excluindo as transacções intragrupo

3. Investimentos Realizados

No primeiro semestre de 2005, os investimentos do Grupo em activos tangíveis, incluindo os aumentos de imobilizado derivados das aquisições efectuadas, totalizaram cerca de 59,4 milhões de euros, correspondendo os montantes mais significativos a Portugal (20 milhões de euros, incluindo o investimento numa nova linha de produção de sacos de papel), Marrocos (10 milhões de euros, despendidos, essencialmente, na conclusão do projecto de ampliação da capacidade de produção de clínquer) e Espanha (9 milhões de euros).

4. Resultados e Situação Financeira

Não obstante alguns factores negativos – a forte descida dos preços de venda do cimento no mercado brasileiro, o aumento dos custos energéticos e a persistência do clima de recessão que continua a caracterizar o mercado português – em consequência dos quais a margem *EBITDA* acusou um ligeiro decréscimo (de 32,7% nos primeiros seis meses de 2004 para 32,3% no corrente ano), o *Cash Flow* Operacional do Grupo registou um incremento superior a 18 milhões de euros (8,2%). A evolução verificada no segundo trimestre, traduzida na obtenção de um *EBITDA* de quase 130 milhões de euros, foi particularmente favorável, resultando num crescimento de cerca de 17% em relação ao trimestre anterior e de 18% comparativamente ao mesmo período do ano transacto.

Em Portugal, depois de cinco semestres consecutivos de quedas mais ou menos significativas do respectivo *Cash Flow* Operacional, o referido indicador registou, nesta primeira metade de 2005, um aumento de mais de 18% relativamente ao segundo semestre de 2004 e de quase 8% face ao período homólogo do ano anterior. Foi, aliás, nesta Área de Negócios (também pela sua dimensão) que – em valor absoluto e em relação a qualquer daqueles períodos – se verificou, em termos de *EBITDA*, um maior crescimento.

À excepção do Brasil (por força da referida queda dos preços de venda), da Tunísia (devido à descida do mercado e a alguns problemas de natureza operacional) e de Moçambique (também por problemas daquela ordem), todas as restantes Áreas de Negócios viram os respectivos *Cash Flows* Operacionais aumentar em maior ou menor medida, com particular destaque, em termos relativos, para o Egipto (mais 48,0%) e Espanha (mais 16,0%).

Cash Flow Operacional (EBITDA)
(valores em milhões de euros)

Área de Negócios	1º Semestre 2005		1º Semestre 2004		Variação	
	Valor	Margem	Valor	Margem	Valor	%
Portugal	99,4	33,4 %	92,2	31,8 %	7,2	7,8
Espanha	50,8	27,4 %	43,8	25,8 %	7,0	16,0
Marrocos	12,1	42,2 %	10,7	41,2 %	1,4	13,4
Tunísia	5,8	22,0 %	7,2	26,7 %	- 1,3	- 18,5
Egipto	19,8	43,5 %	13,4	45,3 %	6,4	48,0
Brasil	28,7	27,8 %	38,3	39,7 %	- 9,6	- 25,1
Moçambique	1,8	7,9 %	5,2	23,3 %	- 3,4	- 65,7
África do Sul	19,5	41,1 %	17,3	45,0 %	2,2	12,4
Cabo Verde	0,5	12,1 %	-	-	0,5	-
<i>Trading / Shipping</i>	3,2	6,3 %	0,1	0,4 %	3,0	s.s.
Out. Actividades	- 1,8	-	- 6,5	-	4,7	s.s.
Total	239,7	32,3 %	221,6	32,7 %	18,1	8,2

São igualmente de registar, pela importância dos respectivos contributos para a melhoria do *EBITDA* do Grupo, o incremento deste indicador na actividade de *trading / shipping* (de um valor quase nulo para perto de 3,2 milhões de euros) e, também pelo que traduz de esforço continuado de contenção de custos, a diminuição dos encargos de estrutura dos serviços centrais em cerca de 2,7 milhões de euros (correspondentes a uma redução superior a 20%).

Com o montante das Amortizações a aumentar quase 16% e os Resultados Financeiros a passarem de um valor positivo de 9,6 milhões de euros para um valor negativo de 16,7 milhões de euros, os Resultados Líquidos, antes de Interesses Minoritários, acabaram por registar uma queda de 4,8 milhões de euros (3,7%).

O facto de os Resultados Financeiros obtidos no primeiro semestre do ano transacto haverem beneficiado de um conjunto de proveitos não recorrentes (no valor de 7,5 milhões de euros), aliado às variações de *market value* dos instrumentos derivados (positivas em 15,5 milhões de euros na primeira metade de 2004 e negativas em 8,0 milhões de euros nos primeiros seis meses do corrente ano), explicam a referida degradação destes Resultados.

Não fossem aqueles proveitos e a volatilidade introduzida pela adopção do IAS 39, os Resultados Líquidos do Grupo teriam aumentado em 18 milhões de euros.

Desdobramento dos Resultados Consolidados
(valores em milhões de euros)

(EUR M)	2005 (IFRS)	2004 (IFRS)	Var. %	2004 (PGAAP)
Volume de Negócios	741,1	678,4	9,2	678,4
Cash Costs Operacionais	501,4	456,8	9,8	449,6
EBITDA	239,7	221,6	8,2	228,8
Amortizações e Provisões	71,3	64,2	11,1	108,3
EBIT	168,4	157,4	7,0	120,5
Resultados Financeiros	- 16,7	9,6	s.s.	10,5
Resultados Extraordinários	0,0	0,0	s.s.	- 4,5
Resultados Antes de Impostos	151,6	167,0	- 9,2	126,5
Imposto sobre o Rendimento	27,2	37,8	- 28,1	36,3
Resultado Líquido	124,4	129,2	- 3,7	90,2
Atribuível a:				
Detentores do Capital	120,4	125,3	- 3,9	86,8
Sócios Minoritários	4,0	3,9	2,4	3,4

Em relação ao final de 2004, o total do Activo foi incrementado em cerca de 280 milhões de euros (8,2%), com os Capitais Próprios a registarem uma variação positiva de perto de 167 milhões de euros (13,6%). Para esta última concorreram essencialmente as valorizações das moedas egípcia e brasileira, já que os resultados do período foram sensivelmente idênticos aos dividendos entretanto distribuídos. Por força desta distribuição e dos investimentos realizados no semestre, a Dívida Financeira Líquida aumentou 8,5%, sendo agora de 1.420 milhões de euros.

Síntese do Balanço Consolidado

(EUR M)	30 Jun 05 (IFRS)	31 Dez 04 (IFRS)	Var. %	31 Dez 04 (PGAAP)
ACTIVO				
Activos Não Correntes	2 942,4	2 726,4	7,9	2 485,4
Activos Correntes				
Caixa e Equivalentes	238,7	239,5	- 0,3	239,5
Out. Activos Correntes	512,5	447,9	14,4	449,6
Total do Activo	3 693,6	3 413,7	8,2	3 174,5
CAPITAL PRÓPRIO				
Atribuível a Accionistas	1 335,2	1 164,3	14,7	970,4
Interesses Minoritários	59,3	63,4	- 6,4	76,3
Total do Capital Próprio	1 394,6	1 227,7	13,6	1 046,7
PASSIVO				
Empréstimos	1 596,1	1 464,6	9,0	1 469,1
Provisões	174,7	163,1	7,1	145,0
Outros Passivos	528,3	558,3	- 5,4	513,8
Total do Passivo	2 299,0	2 186,0	5,2	2 127,8
Total do Passivo e Cap. Próprio	3 693,6	3 413,7	8,2	3 174,5

5. Perspectivas da Actividade do Grupo

As perspectivas existentes para os distintos mercados onde o Grupo está presente, bem como para a evolução das taxas de câmbio, apontam para um aumento percentual do Volume de Negócios e do *Cash Flow* Operacional da CIMPOR, no final do ano, pelo menos da mesma ordem da observada neste primeiro semestre. Por outro lado, a previsível evolução das taxas de juro deverá possibilitar a anulação, ainda que parcial, das variações negativas de *market value* dos instrumentos financeiros derivados verificadas neste período. O efeito conjugado destas melhorias poderá, no entanto, ser insuficiente para permitir um aumento dos Resultados Líquidos do Grupo, já que, no ano transacto, estes últimos beneficiaram da apropriação de cerca de 30 milhões de euros de ganhos não recorrentes obtidos por empresas consolidadas por equivalência patrimonial.

6. Comportamento das Acções em Bolsa

Neste primeiro semestre de 2005, o volume de transacções do título CIMPOR na Euronext Lisboa (não incluindo operações “fora de bolsa”) totalizou cerca de 158,5 milhões de acções, no valor de perto de 703 milhões de euros (menos 9% que no período homólogo do ano transacto, em consonância com o decréscimo registado pelo total do mercado).

No final do semestre, a cotação do título era de 4,64 euros, reflectindo, apesar do valor do dividendo entretanto distribuído (0,18 euros/acção, correspondentes a um *dividend yield* de 4,3% face à última cotação de 2004), uma valorização de 11,8% relativamente a esta última (quando, no mesmo período, o índice PSI20 acusou uma queda superior a 1%).

Em 31 de Dezembro do ano transacto, a CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., detinha em carteira 4.751.960 acções próprias, tendo alienado aos seus Colaboradores, nestes primeiros seis meses de 2005, um total de 884.660 acções, ao abrigo do Plano de Aquisição de Acções pelos Colaboradores entretanto aprovado (163.500 acções, ao preço unitário de 3,21 euros) e dos diversos Planos de Atribuição de Opções de Compra de Acções para Administradores e Quadros do Grupo actualmente em vigor (721.160 acções, a um preço variável entre 2,84 euros e 3,70 euros e que, em média, se situou em cerca de 3,15 euros). Não se tendo verificado quaisquer aquisições, o número de acções próprias em carteira no final do semestre era de 3.867.300, correspondentes a 0,58% do capital social.

7. Eventos Mais Significativos (Incluindo Eventos Posteriores)

Merecem relevo os seguintes factos ocorridos, até à data, no presente exercício de 2005:

- Realização, em 27 de Abril último, da Assembleia Geral Anual da CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., a qual, para além de aprovar todas as propostas apresentadas pelo Conselho de Administração, elegeu, para um novo mandato (2005/2008), os seguintes membros dos órgãos sociais:

Mesa da Assembleia Geral

Dr. Miguel António Monteiro Galvão Teles (Presidente)

Dr. José António Cobra Ferreira (Vice-Presidente)

Conselho de Administração

Prof. Eng. Ricardo Manuel Simões Bayão Horta (Presidente)

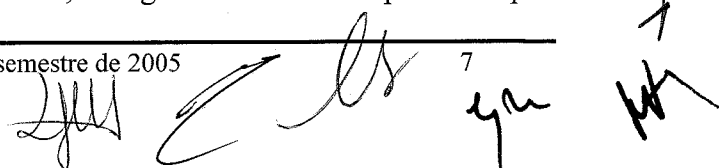
Dr. Luís Eduardo da Silva Barbosa
Dr. Jacques Lefèvre
Eng. Jean Carlos Angulo
Eng. Jorge Manuel Tavares Salavessa Moura
Eng. Luís Filipe Sequeira Martins
Dr. Manuel Luís Barata de Faria Blanc
Dr. Pedro Maria Caláinho Teixeira Duarte
Dr. Vicente Árias Mosquera
Sr. José Manuel Baptista Fino
Dr. José Enrique Freire Arteta

Conselho Fiscal

Eng. Ricardo José Minotti da Cruz Filipe
Dr. José Conceição Silva Gaspar
Deloitte & Associados, SROC, S.A., representada por Dr. Carlos Manuel Pereira Freire (ROC)
Dr. José Martins Rovisco (Vogal Suplente)
Dr. António Marques Dias (ROC Suplente)

A mesma Assembleia Geral aprovou ainda uma proposta de supressão das disposições estatutárias que estabeleciam limitações ao exercício do direito de voto pelos accionistas, deliberando, por conseguinte, a eliminação dos números 5 a 8, 10, 12 alínea b) e 13 do artigo 7.º, bem como o artigo 8º do contrato de sociedade;

- Aquisição, pela Cimpor Inversiones, S.A., de 100% do capital social da empresa Nordicave Trading Industrial, Lda., com sede na República de Cabo Verde e detentora de uma participação de 86,65% na sociedade Cimentos de Cabo Verde, S.A.;
- Alienação, pela Betão Liz, S.A., e pelo valor de cerca de 2,8 milhões de euros, da totalidade das acções representativas do capital social da Jobrita – Indústrias Extractivas, S.A.;
- Subscrição, e conseqüente realização, pela Cimpor – Indústria de Cimentos, S.A., na proporção da respectiva participação (48%), do aumento do capital social da C+P.A. – Cimento e Produtos Associados, S.A., em 100 milhões de euros;
- Aumento, para 100%, da participação da Corporación Noroeste, S.A., no capital social da empresa Hormigones Mariña, S.L.;
- Cisão parcial da actividade de produção e venda de betão pronto e argamassas secas da Prebetong Lugo, S.A., com integração dos activos em causa numa nova sociedade, denominada Prebetong Lugo Hormigones, S.A.;
- Aprovação, pelos respectivos Conselhos de Administração, do projecto de fusão por incorporação da Hormigones Mariña, S.L., na Hormigones Miño, S.L.;
- Aprovação, em Assembleia Geral Extraordinária da Morteros de Galicia, S.L., do aumento do respectivo capital social em 2.507.900 euros;
- Constituição da empresa Cement Trading Activities España – Comercio Internacional, S.A., com um capital social de 60.200 euros, integralmente detido pela Cimpor



Inversiones, S.A., e posterior alteração da respectiva denominação para Scanang Trading Activities España, S.A.;

- Conclusão do investimento no aumento da capacidade de produção de clínquer da fábrica da Asment de Témara (Marrocos) de 2.000 para 2.800 ton/dia;
- Aquisição de um terreno junto a Casablanca (Marrocos), para instalação de uma terceira central de betão pronto;
- Início da utilização de coque de petróleo, como combustível principal, na fábrica da Ciments de Jbel Oust (Tunísia);
- Aumento do capital social da Cimpor Egypt for Cement, S.A.E., em 2.660 milhões de libras egípcias, integralmente subscrito e realizado pela Cimpor Inversiones, S.A.;
- Renovação das certificações da Amreyah Cement Company (Egipto) segundo as normas ISO 9001:2000 e ISO 14001;
- Início dos trabalhos de instalação de uma moagem de clínquer na fábrica de Simuma (África do Sul);
- Arranque, em produção, de um novo software de gestão (SAP/R3) nas Áreas de Negócios de Marrocos, Brasil e África do Sul.

Lisboa, 30 de Setembro de 2005

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO


Prof. Eng. Ricardo Manuel Simões Bayão Horta



Dr. Luís Eduardo da Silva Barbosa

Dr. Jacques Lefèvre

Eng. Jean Carlos Angulo



Eng. Jorge Manuel Tavares Salavessa Moura



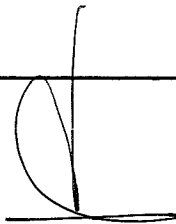
Eng. Luís Filipe Sequeira Martins




Dr. Manuel Luís Barata de Faria Blanc

P. Teixeira Duarte

Dr. Pedro Maria Caláinho Teixeira Duarte

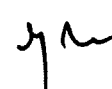


Dr. Vicente Arias Mosquera



José Manuel Baptista Fino

Dr. José Enrique Freire Arteta



CIMPOR - CIMENTOS DE PORTUGAL, S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RESULTADOS

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2005 E 2004

(Valores expressos em milhares de euros)

	Notas	Junho 2005	Junho 2004
Proveitos operacionais:			
Vendas	5	710 688	655 404
Prestações de serviços	5	30 393	22 998
Outros proveitos operacionais		13.931	9.325
Total de proveitos operacionais		755.013	687.727
Custos operacionais:			
Custo das vendas		(180 797)	(155 499)
Variação da produção		(4 881)	(9 533)
Fornecimentos e serviços externos		(240 152)	(210 295)
Custos com o pessoal		(81 646)	(82 169)
Amortizações e depreciações	5	(64 799)	(55 897)
Provisões e perdas por imparidade	5	(6 536)	(8 327)
Outros custos operacionais		(7.833)	(8.629)
Total de custos operacionais		(586.645)	(530.348)
Resultado operacional	5	168.367	157.379
Custos e perdas financeiros			
Proveitos e ganhos financeiros	5,6	(103 385)	(74 022)
Resultados relativos a empresas associadas	5,6 e 12	70 923	67 992
Resultados relativos a investimentos	5,6	14 483	14 347
Resultado antes de impostos		1.252	1.328
Impostos sobre o rendimento	5,7	(27.224)	(37.844)
Resultado líquido do período		124.416	129.180
Atribuível a:			
Detentores do capital		120 401	125 261
Interesses minoritários	5	4.015	3.919
		124.416	129.180
Resultado por acção:			
Básico	9	0,18	0,19
Diluído	9	0,18	0,19

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 30 de Junho 2005.

O Conselho de Administração

Prof. Ricardo Manuel Simões Bayão Horta



Dr. Luís Eduardo da Silva Barbosa

Dr. Jacques Lefèvre

Engº Jean Carlos Angulo

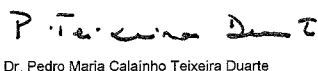
Engº Jorge Manuel Tavares Salavessa Moura



Engº Luís Filipe Sequeira Martins



Dr. Manuel Luís Barata de Faria Blanc



Dr. Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte



Dr. Vicente Arias Mosquera



Sr. José Manuel Baptista Fino

Dr. José Enrique Freire Arteta

BALANÇOS CONSOLIDADOS EM 30 DE JUNHO DE 2005 E 31 DE DEZEMBRO DE 2004

(Valores expressos em milhares de euros)

	Notas	Junho 2005	Dezembro 2004
Activos não correntes:			
Goodwill	10	915 360	828 122
Activos intangíveis		5 117	14 222
Activos fixos tangíveis	11	1 537 177	1 451 026
Investimentos em associadas	12	277 996	266 405
Outros investimentos		55 794	8 663
Activos financeiros disponíveis para venda		56 042	52 334
Activos por impostos diferidos	13	87 903	101 433
Outras dívidas de terceiros		2 481	1 535
Estado e outros entes públicos		4 504	2 677
Total de activos não correntes		2.942.374	2.726.418
Activos correntes:			
Existências		169 961	153 111
Clientes e adiantamentos a fornecedores		282 685	232 533
Outras dívidas de terceiros		23 920	20 363
Estado e outros entes públicos		31 614	32 669
Caixa e equivalentes de caixa	14	238 702	239 455
Outros activos correntes		4 329	9 182
Total de activos correntes		751 213	687 312
Total do activo		3.693.586	3.413.729
Capital próprio:			
Capital		672 000	672 000
Ações próprias		(12 796)	(15 534)
Ajustamentos de conversão cambial		176 834	8 649
Reservas		252 242	242 805
Resultados transitados		126 560	1 810
Resultado líquido do período		120 401	254.614
Capital próprio atribuível a accionistas		1 335 241	1 164 344
Interesses minoritários		59 332	63 397
Total de capital próprio		1.394.573	1.227.741
Passivos não correntes:			
Empréstimos	15	1 492 996	1 308 273
Locações financeiras		1 653	2 299
Passivos por impostos diferidos	13	113 678	112 301
Benefícios aos empregados	17	19 562	18 997
Provisões	17	151 615	141 250
Outras dívidas a terceiros		17 908	13 550
Estado e outros entes públicos		2 880	3 912
Outros passivos não correntes		119.062	155.021
Total de passivos não correntes		1.919.353	1.755.602
Passivo corrente:			
Fornecedores e adiantamentos a clientes		150 921	146 176
Estado e outros entes públicos		43 259	29 723
Locações financeiras		1 301	1 574
Empréstimos	15	103 068	156 287
Benefícios aos empregados	17	1 489	674
Provisões	17	2 006	2 196
Outras dívidas a terceiros		49 004	45 804
Outros passivos correntes		28.613	47.953
Total de passivos correntes		379.660	430.386
Total do passivo		2.299.013	2.185.988
Total do passivo e capital próprio		3.693.586	3.413.729

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 30 de Junho 2005

O Conselho de Administração

Prof. Ricardo Manuel Simões Bayão Horta

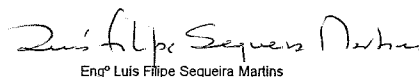


Dr. Luís Eduardo da Silva Barbosa

Dr. Jacques Lefèvre

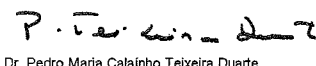
Eng.º Jean Carlos Angulo

Eng.º Jorge Manuel Tavares Salavessa Moura



Eng.º Luís Filipe Sequeira Martins

Dr. Manuel Luís Barata de Faria Blanc



Dr. Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte



Dr. Vicente Arias Mosquera

Sr. José Manuel Baptista Fino

Dr. José Enrique Freire Arteta

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2005 E 2004

(Valores expressos em milhares de euros)

	Notas	Junho 2005	Junho 2004
Actividades operacionais:			
Recebimentos de clientes		816 906	783 520
Pagamentos a fornecedores		(472 146)	(424 607)
Pagamentos ao pessoal		(77.386)	(78.325)
Fluxos gerados pelas operações		267 374	280 588
Movimento líquido do imposto sobre o rendimento		(15 284)	(14 510)
Outros recebimentos/pagamentos relativos à actividade operacional		(76.541)	(77.818)
Fluxos das actividades operacionais (1)		175.549	188.260
Actividades de investimento:			
Recebimentos provenientes de:			
Variações de perímetro		2 590	-
Investimentos financeiros		577	61
Activos fixos tangíveis		1 790	1 942
Subsídios de investimento		372	290
Juros e proveitos similares		14 273	12 023
Dividendos		5 271	3 878
Outros		-	1.869
		24.873	20.063
Pagamentos respeitantes a:			
Variações de perímetro		(9 365)	(16 770)
Investimentos financeiros		(48 318)	(11 894)
Activos fixos tangíveis	5	(70 322)	(51 566)
Activos intangíveis	5	(448)	(6 238)
Outros		(206)	(820)
		(128.659)	(87.288)
Fluxos das actividades de investimento (2)		(103.786)	(67.226)
Actividades de financiamento:			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos		487 389	641 822
Subsídios e doações		298	-
Venda de acções próprias		2 507	1 832
Outros		896	-
		491.090	643.654
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		(426 715)	(485 744)
Juros e custos similares		(61 914)	(38 944)
Dividendos	8	(120 299)	(113 465)
Outros		(5.162)	(7.541)
		(614.090)	(645.694)
Fluxos das actividades de financiamento (3)		(123.000)	(2.040)
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		(51 237)	118 994
Efeito das diferenças de câmbio e de outras transacções não monetárias		32 584	(967)
Caixa e seus equivalentes no início do período	14	205 134	211 137
Caixa e seus equivalentes no fim do período	14	186.481	329.165

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 30 de Junho 2005.

O Conselho de Administração

Prof. Ricardo Manuel Simões Bayão Horta



Dr. Luís Eduardo da Silva Barbosa

Dr. Jacques Lefèvre

Eng.º Jean Carlos Angulo

Eng.º Jorge Manuel Tavares Salavessa Moura



Eng.º Luís Filipe Sequeira Martins



Dr. Manuel Luís Barata de Faria Blanc



Dr. Pedro Maria Calalinho Teixeira Duarte



Dr. Vicente Arias Mosquera



Sr. José Manuel Baptista Fino

Dr. José Enrique Freire Arteta

CIMPOR - CIMENTOS DE PORTUGAL, S.A.
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2005 E 2004

(Valores expressos em milhares de euros)

Notas	Capital	Acessos próprios	Ajustamentos de conversão cambial	Reservas				Resultados transferidos	Resultado líquido	Interesses minoritários	Total
				Reserva legal	Reservas livres	Reserva de justo valor	Operações de cobertura				
Saldo em 1 de Janeiro de 2005	672.000	(15.534)	8.649	76.500	168.883	(1.535)	(1.043)	1.810	254.614	63.397	1.227.741
Variação nos ajustamentos de conversão cambial	-	-	168.185	-	-	-	-	-	-	1.851	170.036
Variação do justo valor dos instrumentos financeiros de cobertura	-	-	-	-	-	(707)	-	-	-	-	(707)
Variação do justo valor dos investimentos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	3.705	-	-	-	-	-	3.705
Ganhos e perdas actuariais em planos de benefícios a empregados	-	-	-	-	(2.048)	-	-	-	-	1.851	(2.048)
Ganhos e perdas não reconhecidos em resultados	-	-	168.185	-	(2.048)	-	(707)	-	-	-	170.985
Resultado consolidado líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	-	-	120.401	4.015	124.416
Total ganhos e perdas do período	-	-	168.185	-	(2.048)	3.705	(707)	-	120.401	5.865	295.402
Aplicação do resultado consolidado de 2004:											
Transferência para reserva legal	-	-	-	9.300	-	-	-	-	(9.300)	-	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	125.015	(150.289)	-	(120.299)
Transferência para resultados transferidos	-	-	-	-	60	-	-	-	(123.015)	-	2.767
Aquisição/(Alienação) de acções próprias	-	2.738	-	-	(872)	-	-	(265)	-	(6.831)	(11.069)
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 30 de Junho de 2005	672.000	(12.796)	176.834	85.800	166.022	2.170	(1.750)	126.560	120.401	59.332	1.394.573
Saldo em 1 de Janeiro de 2004	672.000	(17.403)	(419.734)	67.200	173.881	-	-	298.759	185.883	78.329	1.038.915
Ajustamentos efectuados na conversão para IFRS	-	-	419.734	-	371	-	(289)	(363.664)	(16.817)	(16.817)	39.525
Saldo inicial reexpresso	672.000	(17.403)	-	67.200	174.252	-	(289)	(64.905)	185.883	61.512	1.078.240
Variação nos ajustamentos de conversão cambial	-	-	(2.362)	-	-	-	-	-	-	513	(1.849)
Variação do justo valor dos instrumentos financeiros de cobertura	-	-	-	-	-	-	(234)	-	-	-	(234)
Variação do justo valor dos investimentos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	(259)	-	-	-	-	(259)
Ganhos e perdas actuariais em planos de benefícios a empregados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ganhos e perdas não reconhecidos em resultados	-	-	-	-	(1.647)	-	(234)	-	-	513	(1.847)
Ganhos e perdas não reconhecidos em resultados a empregados	-	-	(2.362)	-	(1.647)	(259)	-	-	-	-	(3.968)
Resultado consolidado líquido de Junho de 2004	-	-	-	-	-	-	-	-	125.261	3.919	129.180
Total ganhos e perdas do período	-	-	(2.362)	-	(1.647)	(259)	(234)	-	125.261	4.432	125.191
Aplicação do resultado consolidado de 2003:											
Transferência para reserva legal e resultados transferidos	-	-	-	9.300	-	-	-	63.118	(72.418)	-	(113.465)
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	(113.465)	-	(113.465)
Aquisição/(Alienação) de acções próprias	-	1.869	-	-	37	-	-	-	-	-	1.905
Outros	-	-	-	-	(1.637)	-	-	5.543	-	(6.865)	(2.959)
Saldo em 30 de Junho de 2004	672.000	(15.534)	(2.362)	76.500	171.005	(259)	(533)	3.756	125.261	59.079	1.088.914

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 30 de Junho 2005.

O Conselho de Administração

Prof. Ricardo Manuel Simões Bayão Hora



Dr. Luis Eduardo de Silva Barbosa

Dr. Jacques Lefèvre

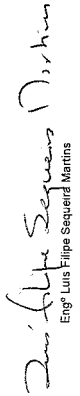


Eng. Jorge Manuel Tavares Salavessa Moura



Dr. Manuel Luis Baptista de Faria Blanc

Eng. Jean Carlos Angulo



Dr. Pedro Maria Calaisinho Teixeira Duarte



Sr. José Manuel Baptista Fino

Dr. Vicente Aires Mosquera

Dr. José Enrique Ferrer Arteta

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2005

(Valores expressos em milhares de euros)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Cimpor - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A. ("Empresa"), constituída em vinte e seis de Março de mil novecentos e setenta e seis, com a designação social de Cimpor - Cimentos de Portugal, E.P., tem sofrido diversas alterações estruturais e jurídicas, que a conduziram à liderança de um Grupo Empresarial com actividades em Portugal, Espanha, Marrocos, Moçambique, Brasil, Tunísia, Egipto, África do Sul, Angola e Cabo Verde ("Grupo Cimpor").

O fabrico e comercialização do cimento constitui o *core business* do Grupo Cimpor. Betões, agregados e argamassas são produzidos e comercializados numa óptica de integração vertical dos negócios.

O Grupo Cimpor detém as suas participações distribuídas, essencialmente, em duas Sub-Holdings: (i) a Cimpor Portugal, SGPS, S.A., que concentra as participações nas sociedades que se dedicam à produção de cimento, betão, artefactos de betão e actividades conexas, em Portugal; e, (ii) a Cimpor Inversiones S.A., que detém as participações nas sociedades sediadas no estrangeiro.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação, ajustados no processo de consolidação de modo a estarem de acordo com as disposições das Normas Internacionais de Relato Financeiro, adoptadas pela União Europeia, efectivas para os exercícios iniciados em 1 de Janeiro de 2005. Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas, quer as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), quer as Normas Internacionais de Contabilidade ("IAS") emitidas pelo International Accounting Standards Committee ("IASC") e respectivas interpretações – IFRIC e SIC, emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee ("IFRIC") e Standing Interpretation Committee ("SIC"), respectivamente. De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações serão designadas genericamente por "IFRS".

Em particular, as demonstrações financeiras consolidadas em 30 de Junho 2005 consideram as disposições do IAS 34 – Relato Financeiro Intercalar, embora, por se tratar do primeiro relato intercalar de acordo com os IFRS, incluam um conjunto alargado de notas explicativas seleccionadas.

Até 31 de Dezembro de 2004, o Grupo Cimpor elaborou, aprovou e publicou, para efeito do cumprimento da legislação comercial vigente, demonstrações financeiras consolidadas de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal.

O balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2004 e as demonstrações financeiras consolidadas dos resultados, dos fluxos de caixa e das variações do capital próprio em 30 de Junho de 2004, apresentados para efeitos comparativos, foram ajustados por forma a

estarem de acordo com os IFRS. Os ajustamentos de transição, com efeitos a 1 de Janeiro de 2004, foram efectuados de acordo com as disposições do IFRS 1 – Primeira Adopção das Normas Internacionais de Relato Financeiro. As divulgações requeridas pelo IFRS 1, relativas à transição do normativo contabilístico em vigor em Portugal para os IFRS, são apresentadas na Nota 10. Os efeitos dos ajustamentos relacionados com a adopção dos IFRS, reportados a 1 de Janeiro de 2004, foram registados em resultados transitados, conforme estabelecido pelo IFRS 1 (Nota 20).

Na ausência de normativo específico acerca da contabilização das emissões e das licenças de emissão de gases com efeito de estufa, a 30 de Junho de 2005 não se efectuou qualquer registo contabilístico relacionado com este tema, já que não se transaccionou qualquer licença e se estima que o volume de emissões não ultrapassará o correspondente às licenças atribuídas.

As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a convenção do custo histórico, excepto no que respeita aos instrumentos financeiros. As principais políticas contabilísticas adoptadas são apresentadas a seguir.

2.2. Princípios de consolidação

a) Empresas controladas

A consolidação das empresas controladas em cada período contabilístico, efectuou-se pelo método de integração global. Considera-se existir controlo, quando o Grupo detém directa ou indirectamente a maioria dos direitos de voto em Assembleia Geral, ou tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais.

A participação de terceiros no capital próprio e no resultado líquido daquelas empresas, é apresentada separadamente no balanço consolidado e na demonstração dos resultados consolidados, respectivamente, na rubrica de “Interesses minoritários”.

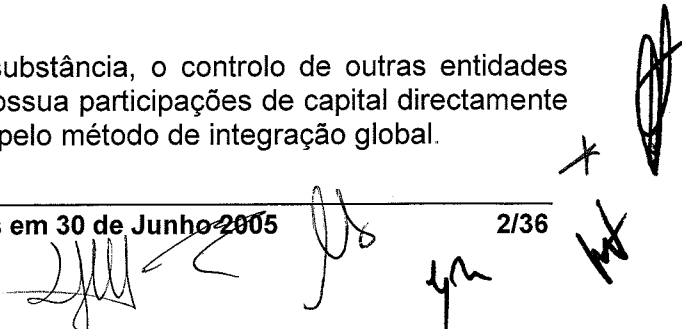
Quando os prejuízos atribuíveis aos minoritários excedem o interesse minoritário no capital próprio da subsidiária, o Grupo absorve esse excesso e quaisquer prejuízos adicionais, excepto quando os minoritários tenham a obrigação e sejam capazes de cobrir esses prejuízos. Se a subsidiária subseqüentemente reportar lucros, o Grupo apropria todos os lucros até que a parte minoritária dos prejuízos absorvidos pelo Grupo tenha sido recuperada.

Os resultados das subsidiárias adquiridas ou vendidas durante o período estão incluídos nas demonstrações de resultados desde a data da sua aquisição e até à data da sua alienação.

As transacções e saldos significativos entre as empresas controladas foram eliminados no processo de consolidação. As mais-valias decorrentes da alienação de empresas participadas, efectuadas dentro do Grupo, são igualmente anuladas.

Sempre que necessário são efectuados ajustamentos às demonstrações financeiras das empresas subsidiárias, tendo em vista a uniformização das respectivas políticas contabilísticas com as do Grupo.

Nas situações em que o Grupo detenha, em substância, o controlo de outras entidades criadas com um fim específico, ainda que não possua participações de capital directamente nessas entidades, as mesmas são consolidadas pelo método de integração global.



b) Empresas controladas conjuntamente

As participações financeiras em empresas controladas conjuntamente foram consolidadas pelo método de consolidação proporcional, desde a data em que o controlo é adquirido. De acordo com este método, os activos, passivos, proveitos e custos destas empresas foram integrados, nas demonstrações financeiras consolidadas anexas, rubrica a rubrica na proporção do controlo atribuível ao Grupo.

O excesso do custo de aquisição face ao justo valor de activos e passivos identificáveis da empresa controlada conjuntamente na data de aquisição, é reconhecido como Goodwill e é mantido no valor de investimento financeiro em associadas. Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor dos activos e passivos líquidos adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como um proveito do período.

As transacções, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas são eliminados, na proporção do controlo atribuível ao Grupo.

A classificação dos investimentos financeiros em empresas controladas conjuntamente é determinada com base em acordos parassociais que regulam o controlo conjunto.

c) Concentração de actividades empresariais

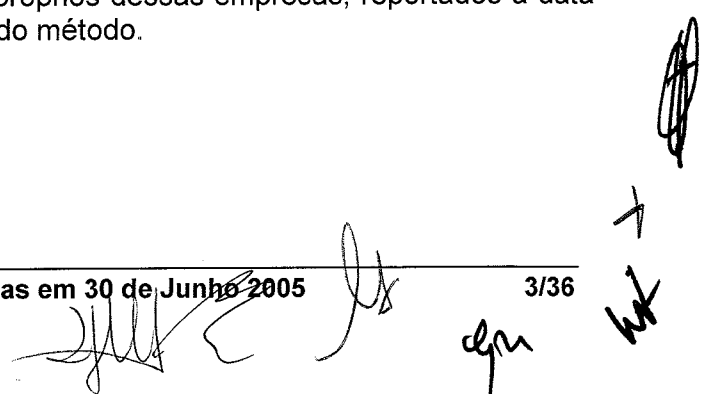
A concentração de actividades empresariais, nomeadamente a aquisição de subsidiárias é registada pelo método de compra. O custo de aquisição corresponde ao agregado dos justos valores, à data da transacção, dos activos cedidos, dos passivos incorridos ou assumidos e dos instrumentos de capital próprio emitidos, em troca do controlo da adquirida.

Os activos, passivos e passivos contingentes de uma subsidiária são mensurados pelo respectivo justo valor na data de aquisição. Qualquer excesso do custo de aquisição sobre o justo valor dos activos líquidos identificáveis é registado como Goodwill. Nos casos em que o custo de aquisição seja inferior ao justo valor dos activos líquidos identificados, a diferença apurada é registada como ganho na demonstração de resultados do período em que ocorre a aquisição. Os interesses de accionistas minoritários são apresentados pela respectiva proporção do justo valor dos activos e passivos identificados.

d) Investimentos em associadas

Uma associada é uma entidade na qual o Grupo exerce influência significativa, mas não detém controlo ou controlo conjunto, através da participação nas decisões relativas às suas políticas financeiras e operacionais.

Os investimentos financeiros na generalidade das empresas associadas (Nota 12) encontram-se registados pelo método da equivalência patrimonial, excepto quando são classificados como detidos para venda, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual é acrescido ou reduzido da diferença entre esse custo e o valor proporcional à participação nos capitais próprios dessas empresas, reportados à data de aquisição ou da primeira aplicação do referido método.



De acordo com o método de equivalência patrimonial, as participações financeiras são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das empresas associadas por contrapartida de ganhos ou perdas em empresas associadas relativos a investimentos (Nota 6), e por outras variações ocorridas nos seus capitais próprios por contrapartida das rubricas de ajustamentos de partes de capital, bem como pelo reconhecimento de perdas de imparidade.

As perdas em associadas em excesso ao investimento efectuado nessas entidades não são reconhecidas, excepto quando o Grupo tenha assumido compromissos para com essa associada.

Qualquer excesso do custo de aquisição sobre o justo valor dos activos líquidos identificáveis é registado como Goodwill. Nos casos em que o custo de aquisição seja inferior ao justo valor dos activos líquidos identificados, a diferença apurada é registada como ganho na demonstração de resultados do período em que ocorre a aquisição.

Adicionalmente, os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição do valor dos investimentos financeiros.

Os ganhos não realizados em transacções com associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse do Grupo na associada, por contrapartida do investimento nessa mesma associada. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o activo transferido esteja em situação de imparidade.

e) Goodwill

O Goodwill representa o excesso do custo de aquisição sobre o justo valor dos activos e passivos identificáveis de uma subsidiária, associada ou entidade conjuntamente controlada, na respectiva data de aquisição.

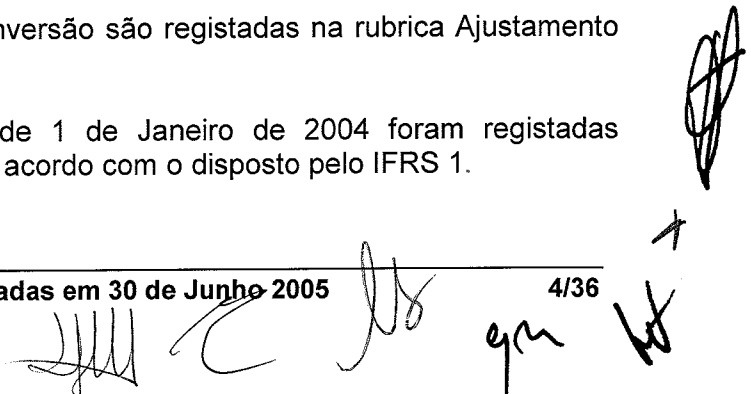
O Goodwill é registado como activo e não é sujeito a amortização, sendo apresentado autonomamente no balanço ou na rubrica de investimentos em associadas. Anualmente ou sempre que existam indícios de eventual perda de valor, os valores de Goodwill são sujeitos a testes de imparidade. Qualquer perda de imparidade é registada de imediato como custo na demonstração de resultados do período e não pode ser susceptível de reversão posterior.

Na alienação de uma subsidiária, associada ou entidade conjuntamente controlada, o correspondente Goodwill é incluído na determinação da mais ou menos valia.

Decorrente da excepção prevista no IFRS 1, o Grupo adoptou as disposições do IFRS 3 – Concentração de Actividades Empresariais - às aquisições ocorridas posteriormente a 31 de Dezembro de 1998. Os valores de Goodwill correspondentes a aquisições posteriores a essa data foram reexpressos na moeda da subsidiária, sendo convertidos para a moeda de suporte do Grupo (euros) à taxa de câmbio em vigor na data de balanço.

As diferenças de câmbio geradas nessa conversão são registadas na rubrica Ajustamento de Conversão Cambial.

As diferenças de câmbio geradas antes de 1 de Janeiro de 2004 foram registadas directamente em Resultados Transitados, de acordo com o disposto pelo IFRS 1.



Os valores de Goodwill correspondentes a aquisições anteriores a 1 de Janeiro de 1999 foram mantidos de acordo com os valores anteriores, sujeitando-os a testes de imparidade anuais desde aquela data.

Nos casos em que o custo de aquisição é inferior ao justo valor dos activos líquidos identificados, a diferença apurada é registada como ganho na demonstração de resultados do período em que ocorre a aquisição.

2.3. Activos não correntes detidos para venda

Activos não correntes (ou operações descontinuadas) são classificados como detidos para venda, se o respectivo valor for realizável através de uma transacção de venda ao invés de ser através do seu uso continuado. Considera-se que esta situação se verifica apenas quando: (i) a venda é muito provável e o activo está disponível para venda imediata nas suas actuais condições; (ii) a gestão está comprometida com um plano de venda; e, (iii) é expectável que a venda se concretize num período de doze meses.

Activos não correntes (ou operações descontinuadas) classificados como detidos para venda, são mensurados ao menor do valor contabilístico e respectivo justo valor deduzido dos custos a suportar na futura venda.

2.4. Activos intangíveis

Os activos intangíveis compreendem, essencialmente, as despesas incorridas em projectos específicos com valor económico futuro e encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e perdas de imparidade. Os activos intangíveis apenas são reconhecidos se for provável que dos mesmos advenham benefícios económicos futuros para o Grupo, sejam controláveis pelo Grupo e o respectivo valor possa ser medido com fiabilidade.

Os activos intangíveis gerados internamente, nomeadamente as despesas com investigação e desenvolvimento corrente, são registados como custo quando incorridas.

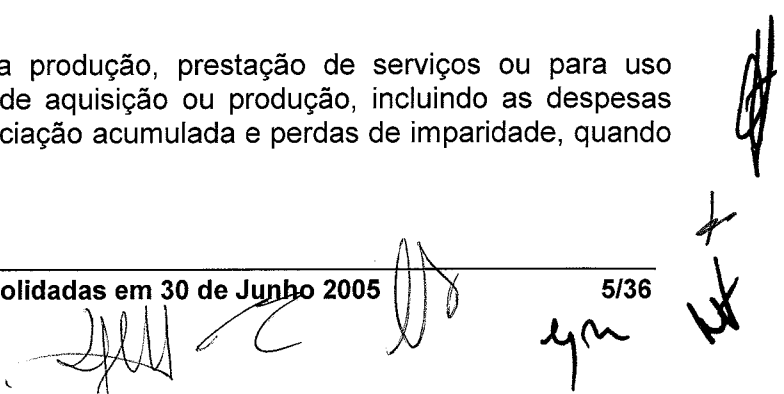
Os custos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de Software são registados como custos na demonstração de resultados quando incorridos, excepto na situação em que estes custos estejam directamente associados a projectos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para o Grupo. Nestas situações, estes custos são capitalizados como activos incorpóreos.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para o Grupo.

Os activos intangíveis para os quais não seja previsível a existência de um período limitado de geração de benefícios económicos futuros são designados activos intangíveis de vida útil indefinida. Estes activos não são amortizados e estão sujeitos a testes de imparidade anuais.

2.5. Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis utilizados na produção, prestação de serviços ou para uso administrativo são registados ao custo de aquisição ou produção, incluindo as despesas imputáveis à compra, deduzido da depreciação acumulada e perdas de imparidade, quando aplicável.



Os activos ligados à actividade cimenteira existentes a 1 de Janeiro de 2004 foram reavaliados conforme permitido pelas disposições transitórias do IFRS 1, assumindo-se o valor resultante como novo valor de custo.

Os activos fixos tangíveis são depreciados pelo método das quotas constantes a partir da data em que os mesmos se encontram disponíveis para ser utilizados no uso pretendido, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	10 – 50
Equipamento básico	7 – 30
Equipamento de transporte	4 – 8
Ferramentas e utensílios	2 – 8
Equipamento administrativo	2 – 14
Outros activos fixos tangíveis	2 – 10

A quantia depreciável dos activos fixos tangíveis não inclui o valor residual que se estima no final das respectivas vidas úteis. Adicionalmente, a depreciação cessa quando os activos passam a ser classificados como detidos para venda.

Os terrenos afectos à exploração de pedreiras são depreciados no período previsto de exploração.

As benfeitorias e beneficiações apenas são registadas como activo nos casos em que correspondem à substituição de bens, os quais são abatidos, ou conduzam a um acréscimo dos benefícios económicos futuros.

Os activos fixos tangíveis em curso representam activos tangíveis ainda em fase de construção/promoção, encontrando-se registados ao custo de aquisição ou produção deduzido de eventuais perdas de imparidade. Estes activos são depreciados a partir do momento em que se encontram em condições de ser utilizados para os fins pretendidos.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de activos fixos tangíveis são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas pelo valor líquido na demonstração de resultados, como outros proveitos operacionais ou outros custos operacionais.

2.6. Locações

Os contratos de locação são classificados como: (i) locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse; e, (ii) locações operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais, é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os activos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do activo é registado como activo fixo tangível, a correspondente responsabilidade é registada no passivo e os juros incluídos no valor das rendas e a depreciação do activo, calculada conforme descrito acima, são registados como custos na demonstração de resultados do período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como custo na demonstração de resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

2.7. Imparidade de activos não correntes, excluindo Goodwill

É efectuada uma avaliação de imparidade sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o activo se encontra registado possa não ser recuperado. Em caso de existência de indícios, o Grupo procede à determinação do valor recuperável do activo, de modo a determinar a eventual extensão da perda de imparidade. Nas situações em que o activo individualmente não gera cash-flows de forma independente de outros activos, a estimativa do valor recuperável é efectuada para a unidade geradora de caixa a que o activo pertence.

Activos intangíveis de vida útil indefinida são sujeitos a testes de imparidades anuais ou sempre que se verifica existirem indícios de que a mesma exista.

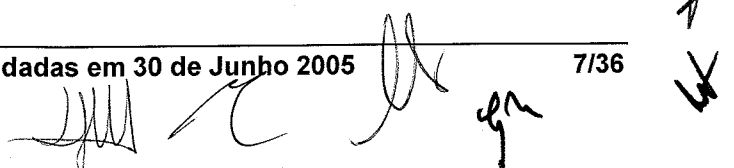
Sempre que o montante pelo qual o activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda de imparidade, registada na demonstração de resultados na rubrica Provisões e perdas por imparidade.

A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido (valor de venda, deduzido dos custos de venda) e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do activo numa transacção entre entidades independentes e conhecedoras deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados decorrentes do uso continuado do activo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada activo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o activo pertence.

A reversão de perdas de imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando existem indícios de que as perdas de imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas de imparidade é reconhecida na demonstração de resultados como Provisões e perdas por imparidade. Contudo, a reversão da perda de imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda de imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

2.8. Activos, passivos e transacções em moeda estrangeira

As transacções em outras divisas que não euro, são registadas às taxas em vigor na data da transacção. Em cada data de balanço, os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio vigentes naquela data. Activos e passivos não monetários registados de acordo com o seu justo valor denominado em moeda estrangeira são transpostos para euros utilizando para o efeito a taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.



As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, dessas mesmas transacções, são registadas como proveitos e custos na demonstração consolidada de resultados do exercício, excepto aquelas relativas a itens não monetários cuja variação de justo valor seja registada directamente em capital próprio ("Ajustamentos de conversão cambial"), em particular:

- As diferenças de câmbio provenientes da conversão cambial de saldos intra-grupo de médio e longo prazo em moeda estrangeira, que na prática se constituam como uma extensão dos investimentos financeiros;
- As diferenças de câmbio provenientes de operações financeiras de cobertura de risco cambial de investimentos financeiros expressos em moeda estrangeira, tal como preconizado no IAS 21 e desde que cumpram o critério de eficiência estabelecido no IAS 39.

A conversão das demonstrações financeiras de empresas subsidiárias e associadas expressas em moeda estrangeira é efectuada considerando a taxa de câmbio vigente à data do balanço, para conversão de activos e passivos, a taxa de câmbio histórica para a conversão dos saldos das rubricas de capital próprio e a taxa de câmbio média do período, para a conversão das rubricas da demonstração de resultados e dos fluxos de caixa.

Os efeitos cambiais dessa conversão, posteriores a 1 de Janeiro de 2004, são registados no capital próprio, na rubrica "Ajustamentos de conversão cambial", sendo transferidos para resultados financeiros aquando da alienação dos correspondentes investimentos.

De acordo com o IAS 21, o Goodwill e as correcções de justo valor apurados na aquisição de entidades estrangeiras consideram-se denominados na moeda de reporte dessas entidades, sendo convertidas para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais assim geradas são registadas na rubrica "Ajustamentos de conversão cambial".

Quando pretende diminuir a exposição ao risco da taxa de câmbio, o Grupo contrata instrumentos financeiros derivados de cobertura.

2.9. Custos de financiamentos

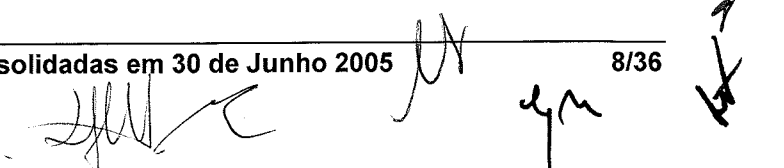
Os custos com empréstimos são reconhecidos na demonstração de resultados do período a que respeitam.

2.10. Subsídios

Os subsídios estatais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que o Grupo irá cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios à exploração, nomeadamente para formação de colaboradores, são reconhecidos na demonstração de resultados de acordo com os custos incorridos.

Os subsídios ao investimento, relacionados com a aquisição de imobilizado, são incluídos na rubrica Outros passivos não correntes e são creditados na demonstração de resultados em quotas constantes, de forma consistente e proporcional com as amortizações dos bens a cuja aquisição se destinaram.



2.11. Existências

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo médio de aquisição, utilizando-se o custo médio, como método de custeio.

Os produtos e trabalhos em curso e os produtos acabados e intermédios são valorizados ao custo de produção, que inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico, o qual é inferior ao valor de mercado.

Sempre que o preço de mercado é inferior ao custo de aquisição ou de produção, procede-se à redução de valor de existências, o qual é repostado quando deixam de existir os motivos que a originaram.

2.12. Resultado operacional

O resultado das operações inclui custos com reestruturações e, exclui resultados das operações de investimento e de financiamento.

2.13. Provisões

As provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data.

As provisões para custos de reestruturação são reconhecidas pelo Grupo sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

2.14. Instrumentos financeiros

Activos financeiros e passivos financeiros são reconhecidos quando o Grupo se torna parte na respectiva relação contratual.

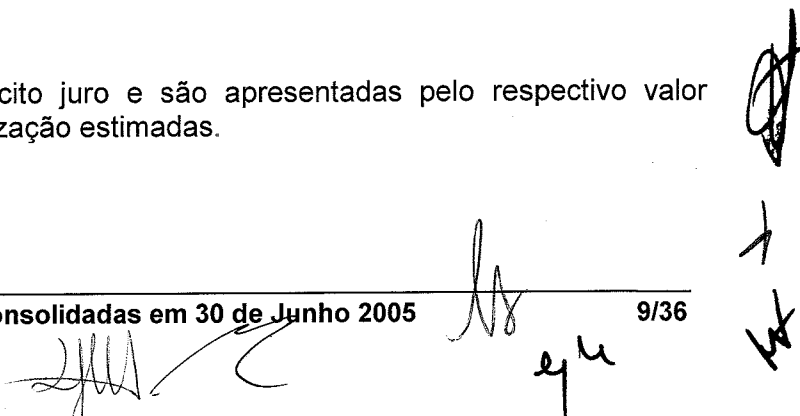
Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos na rubrica de Caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco de alteração de valor insignificante.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende também os descobertos bancários incluídos no balanço na rubrica de Outros empréstimos.

Contas a receber

As contas a receber não têm implícito juro e são apresentadas pelo respectivo valor nominal, deduzidas de perdas de realização estimadas.



Investimentos

Os investimentos classificam-se como segue:

- Investimentos detidos até à maturidade;
- Activos mensurados ao justo valor através de resultados;
- Activos financeiros disponíveis para venda.

Os investimentos detidos até à maturidade são classificados como investimentos não correntes, excepto se o seu vencimento for inferior a doze meses da data do balanço, sendo registados nesta rubrica os investimentos com maturidade definida e para os quais o Grupo tem intenção e capacidade de os manter até essa data.

Os activos mensurados ao justo valor através de resultados são classificados como investimentos correntes. Os activos financeiros disponíveis para venda são classificados como activos não correntes.

Todas as compras e vendas destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respectivos contratos de compra e venda, independentemente da data de liquidação financeira.

Os investimentos são inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, que é o justo valor do preço pago, incluindo despesas de transacção.

Após o reconhecimento inicial, os activos mensurados ao justo valor através de resultados e os activos financeiros disponíveis para venda são reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data do balanço, sem qualquer dedução relativa a custos da transacção que possam vir a ocorrer até à sua venda. Nas situações em que os investimentos sejam em instrumentos de capital próprio não admitidos à cotação em mercados regulamentados, e para os quais não é possível estimar com fiabilidade o seu justo valor, os mesmos são mantidos ao seu custo de aquisição deduzido de eventuais perdas de imparidade.

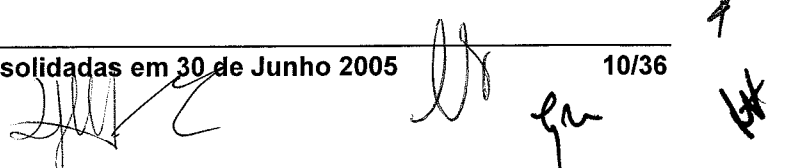
Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos activos financeiros disponíveis para venda são registados no capital próprio, na rubrica de Reserva de justo valor até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou nas situações em que se entende existir perda de imparidade, momento em que o ganho ou perda acumulada é registado(a) na demonstração de resultados.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos activos mensurados ao justo valor através de resultados são registados na demonstração de resultados do período.

Os investimentos detidos até à maturidade são registados ao custo capitalizado através da taxa de juro efectiva, líquido de amortizações de capital e juros recebidos.

Passivos financeiros e instrumentos de capital

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual independente da forma legal que assumam. Os instrumentos de capital próprios são contratos que evidenciam um interesse residual nos activos do Grupo, após dedução dos passivos.



Os instrumentos de capital próprio emitidos pela Empresa são registados pelo valor recebido, líquido de custos suportados com a sua emissão.

Empréstimos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de despesas com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros, calculados de acordo com a taxa de juro efectiva, incluindo prémios a pagar, são contabilizados de acordo com o princípio de especialização dos exercícios, sendo adicionados ao valor contabilístico do empréstimo caso não sejam liquidados durante o exercício.

Contas a pagar

As contas a pagar não vencem juros e são registadas pelo seu valor nominal.

Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura

O Grupo tem como política recorrer a instrumentos financeiros derivados com o objectivo de efectuar cobertura dos riscos financeiros a que se encontra exposto, decorrentes de variações nas taxas de juro e taxas de câmbio.

Neste sentido, o Grupo não recorre à contratação de instrumentos financeiros derivados com objectivos especulativos.

O recurso a instrumentos financeiros obedece às políticas internas definidas pelo Conselho de Administração.

Os instrumentos financeiros derivados são mensurados pelo respectivo justo valor. O método de reconhecimento depende da natureza e objectivo da sua contratação.

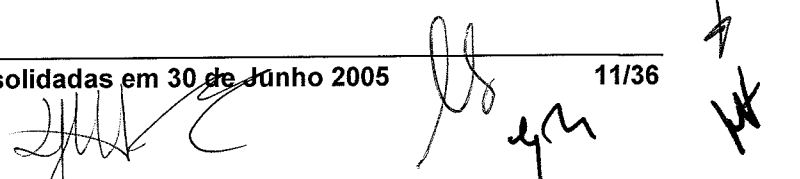
Contabilidade de cobertura

A possibilidade de designação de um instrumento financeiro derivado como sendo um instrumento de cobertura obedece às disposições do IAS 39, nomeadamente, quanto à respectiva documentação e efectividade.

As variações no justo valor dos instrumentos derivados designados como cobertura de "justo valor" são reconhecidas como resultado financeiro do período, bem como as alterações no justo valor do activo ou passivo sujeito aquele risco.

As variações no justo valor dos instrumentos derivados designados como cobertura de "cash-flow" são registadas em "Reservas de operações de cobertura" na sua componente efectiva e, em resultados financeiros na sua componente não efectiva. Os valores registados em "Reservas de operações de cobertura" são transferidos para resultados financeiros no período em que o item coberto tem igualmente efeito em resultados.

Relativamente aos instrumentos derivados de cobertura de um investimento líquido numa entidade estrangeira, as respectivas variações, à semelhança das coberturas de "cash-flow", são registadas como "Ajustamentos de conversão cambial" na sua componente efectiva. A componente não efectiva daquelas variações é reconhecida de imediato como resultado financeiro do período. Caso o instrumento de cobertura não seja um derivado, as respectivas variações decorrentes das variações de taxa de câmbio são registadas como "Ajustamentos de conversão cambial".



A contabilização de cobertura é descontinuada quando o instrumento de cobertura atinge a maturidade, o mesmo é vendido ou exercido ou quando a relação de cobertura deixa de cumprir os requisitos exigidos no IAS 39.

Instrumentos de negociação

Relativamente aos instrumentos financeiros derivados que, embora contratados com o objectivo de efectuar cobertura económica de acordo com as políticas de gestão de risco do Grupo, não cumpram todas as disposições do IAS 39 no que respeita à possibilidade de qualificação como contabilidade de cobertura, as respectivas variações no justo valor são registadas na demonstração de resultados do período em que ocorrem.

Acções próprias

As acções próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como um abatimento ao capital próprio. Os ganhos ou perdas inerentes à alienação das acções próprias são registados em Reservas.

2.15. Benefícios com pensões de reforma

As responsabilidades pelo pagamento de pensões de reforma, invalidez e sobrevivência são registadas de acordo com os critérios consagrados no IAS 19. Esta norma estabelece a obrigatoriedade das empresas com planos de pensões, reconhecerem os custos com a atribuição destes benefícios à medida que os serviços são prestados pelos empregados beneficiários.

Deste modo, no final de cada período contabilístico, são obtidos estudos actuariais elaborados por entidades independentes, no sentido de determinar o valor das responsabilidades a essa data e o custo com pensões a registar nesse período. As responsabilidades assim estimadas são comparadas com os valores de mercado do fundo de pensões, de forma a determinar o montante das diferenças a registar no passivo.

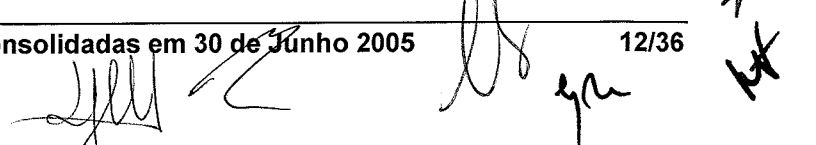
Os custos com pensões são registados na rubrica Custos com o pessoal, conforme previsto pela referida norma, com base nos valores determinados por estudos actuariais, excepto a parte respeitante aos ganhos e perdas actuariais, registadas em Reservas.

As contribuições efectuadas pelo Grupo para planos de contribuição definida são registadas como custo na data em que são devidas. O custo destes planos correspondente aos benefícios assumidos é determinado com base em avaliações actuariais efectuadas à data do balanço, de acordo com o método das "unidades de crédito projectadas".

Os custos com serviços passados são reconhecidos de imediato, na medida em que os benefícios associados foram já reconhecidos ou, de outro modo, reconhecidos de forma linear no período em que se estima que os mesmos sejam obtidos.

2.16. Benefícios de saúde

Algumas das empresas do Grupo mantêm com os seus empregados um regime de assistência na doença, de natureza supletiva relativamente aos serviços oficiais de Saúde e Segurança Social, extensivo a familiares, pré-reformados e reformados. As responsabilidades decorrentes do referido regime são registadas conforme indicado para os planos de benefícios definidos, na rubrica de Custos com pessoal – benefícios de saúde, excepto a parte respeitante aos ganhos e perdas actuariais, registadas em Reservas.



À semelhança do tratamento dado aos benefícios de reforma, no final de cada período contabilístico é obtido um estudo actuarial elaborado por uma entidade independente, de forma a determinar as responsabilidades a essa data.

2.17. Pagamentos baseados em acções

O Grupo aplicou as disposições do IFRS 2, o qual estabelece nas respectivas medidas transitórias, ser de aplicação a todos os contratos relativos a instrumentos de capital próprio assumidos após 7 de Novembro de 2002 e que não se encontravam vencidos em 1 de Janeiro de 2005.

De acordo com o IFRS 2, as transacções de pagamento com base em acções e liquidadas com capital próprio ("equity settled") são reconhecidas pelo justo valor na data de atribuição. Por sua vez as transacções de pagamentos com base em acções e liquidadas em dinheiro ("cash settled") conduzem ao reconhecimento de um passivo valorizado pelo justo valor na data do balanço.

2.18. Activos e passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo os mesmos divulgados no anexo às demonstrações financeiras, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objecto de divulgação.

Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

2.19. Reconstituição ambiental

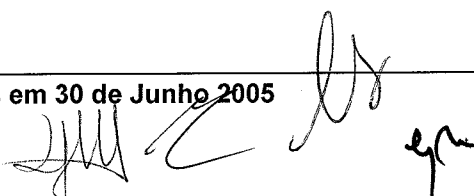
Face às disposições legais e às práticas em vigor em várias áreas de negócio do Grupo, os terrenos utilizados em exploração de pedreiras têm de ser sujeitos a reconstituição ambiental.

Neste contexto, sempre que determinável, são constituídas provisões para fazer face aos custos estimados com a recuperação e reconstituição ambiental das áreas em exploração. Estas provisões são registadas em simultâneo com um acréscimo ao valor do activo subjacente, tendo por base as conclusões de estudos de recuperação paisagística, sendo reconhecidas em resultados na medida da depreciação dos activos.

Adicionalmente, o Grupo tem como prática proceder à reconstituição progressiva dos espaços libertos pelas pedreiras, procedendo à utilização das provisões que se encontrem constituídas.

2.20. Rédito e especialização dos exercícios

Os proveitos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração de resultados consolidada quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos activos são transferidos para o comprador e o montante dos proveitos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização pelo justo valor do montante recebido ou a receber.



Os proveitos decorrentes da prestação de serviços são reconhecidos na demonstração de resultados consolidada com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço.

Os dividendos são reconhecidos como proveitos no período em que são atribuídos.

Os juros e proveitos financeiros são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios e de acordo com a taxa de juro efectiva aplicável.

Os custos e proveitos são contabilizados no período a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os custos e proveitos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Os custos e os proveitos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde, são registados nas rubricas de Outros activos correntes e Outros passivos correntes.

2.21. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do período é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação e considera a tributação diferida.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis (os quais diferem dos resultados contabilísticos) das empresas incluídas na consolidação de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sede de cada empresa do Grupo.

Os impostos diferidos referem-se à diferença temporária entre os montantes dos activos e passivos relevados contabilisticamente e os respectivos montantes para efeitos de tributação.

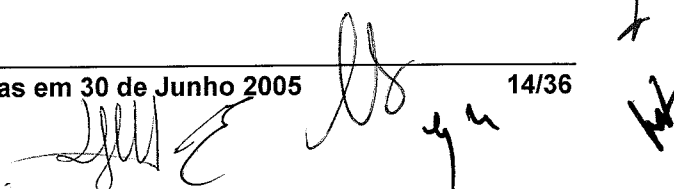
Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados, e periodicamente avaliados, utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data de reversão das diferenças temporárias.

Os activos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Na data de cada balanço, é efectuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos activos por impostos diferidos no sentido de as reconhecer ou ajustar, em função da expectativa actual da sua recuperação futura.

2.22. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço, são reflectidos nas demonstrações financeiras consolidadas.

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, se materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas.



3. ALTERAÇÕES NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

A principal alteração ocorrida no perímetro de consolidação no semestre findo em 30 de Junho de 2005, respeita à aquisição da totalidade do capital da empresa Nordicave Trading Industrial Lda., cujo único activo é uma participação de 86,65% na empresa de Cimentos de Cabo Verde, S.A.

O impacto desta alteração de perímetro nas demonstrações financeiras em 30 de Junho de 2005 não é materialmente relevante e, sempre que aplicável, encontra-se evidenciado nas diversas notas explicativas apresentadas a seguir.

4. COTAÇÕES

As cotações utilizadas para converter para euros, os activos e passivos expressos em moeda estrangeira em 30 de Junho de 2005 e em 30 de Dezembro de 2004, bem como os resultados dos semestres findos em 30 de Junho de 2005 e 2004, foram as seguintes:

Divisa	Segmento geográfico	Câmbio fecho		Câmbio médio	
		2005	2004	2005	2004
USD	Outros	1,2092	1,3621	1,2864	1,2439
MAD	Marrocos	10,9596	11,2196	11,1489	11,1420
BRL	Brasil	2,8489	3,6147	3,3137	3,6361
TND	Tunísia	1,5957	1,6352	1,6320	1,6100
MZM	Outros	29.637,0	25.314,4	26.456,0	27.363,7
CVE	Outros	110,265	-	110,265	-
EGP	Egipto	7,0043	8,2679	7,5428	7,7663
ZAR	África do Sul	8,0254	7,6897	7,9884	8,0265

5. SEGMENTOS GEOGRÁFICOS E DE NEGÓCIO

A principal informação relativa aos resultados dos semestres findos em 30 de Junho de 2005 e 2004, dos diversos segmentos correspondentes a cada uma das áreas geográficas, é a seguinte:

2005

	Portugal	Espanha	Brasil	Egipto	Tunisia	Marrocos	Africa do Sul	Outros	Não alocados	Eliminações	Consolidado
Vendas e prestações de serviços											
Proveitos - clientes externos	264 864	184 314	102 850	40 576	26 557	28 647	49 027	27 319	16 927	-	741 061
Proveitos - intragrupo	32 316	1 255	521	4 868	-	-	2 463	-	41 680	(83 112)	-
Total de vendas e prestações de serviços	297 179	185 569	103 371	45 443	26 557	28 647	51 490	27 319	58 617	(83 112)	741 061
Resultado operacional	75 189	33 797	20 883	13 109	2 272	8 906	16 093	1 404	(3 286)	-	168 387
Custos e perdas financeiros											(103 385)
Proveitos e ganhos financeiros											70 923
Resultado relativos a empresas associadas											14 483
Resultados relativos a investimentos											1 252
Resultado antes de impostos											151 639
Impostos sobre o rendimento											(27 224)
Resultado depois de impostos											124 416

As transacções inter-segmento são realizadas a preços de mercado.

O resultado líquido evidenciado corresponde à totalidade do resultado dos segmentos, sem consideração da parte imputável a accionistas minoritários, a qual ascende aos seguintes valores:

	Portugal	Espanha	Brasil	Egipto	Tunisia	Marrocos	Africa do Sul	Outros	Não alocados	Consolidado
Resultado imputável aos minoritários do segmento	1 223	(264)	-	320	-	2 142	-	335	259	4 015

Outras informações:

	Portugal	Espanha	Brasil	Egipto	Tunisia	Marrocos	Africa do Sul	Outros	Não alocados	Consolidado
Dispêndios de capital fixo	14 054	9 160	3 856	949	2 887	10 053	3 452	9 457	8 934	62 802
Amortizações e depreciações em resultados	23 599	15 938	7 738	5 624	3 558	3 194	3 316	928	903	64 799
Provisões reconhecidas em resultados	571	1 048	78	1 045	-	-	69	-	3 725	6 536

2004

	Portugal	Espanha	Brasil	Egipto	Tunisia	Marrocos	Africa do Sul	Outros	Não alocados	Eliminações	Consolidado
Vendas e prestações de serviços											
Proveitos - clientes externos	263 968	168 390	96 553	28 606	26 767	25 927	38 473	22 495	7 224	-	678 402
Proveitos - intragrupo	26 053	1 158	-	916	-	-	-	25	28 361	(56 513)	-
Total de vendas e prestações de serviços	290 022	169 548	96 553	29 522	26 767	25 927	38 473	22 520	35 585	(56 513)	678 402
Resultado operacional	70 393	29 638	31 712	2 790	4 980	8 692	14 222	4 407	(9 456)	-	157 379
Custos e perdas financeiros											(74 022)
Proveitos e ganhos financeiros											67 992
Resultado relativos a empresas associadas											14 347
Resultados relativos a investimentos											1 328
Resultado antes de impostos											167 024
Impostos sobre o rendimento											(37 844)
Resultado depois de impostos											129 180

As transacções inter-segmento são realizadas a preços de mercado.

O resultado líquido evidenciado corresponde à totalidade do resultado dos segmentos, sem consideração da parte imputável a accionistas minoritários, a qual ascende aos seguintes valores:

	Portugal	Espanha	Brasil	Egipto	Tunisia	Marrocos	Africa do Sul	Outros	Não alocados	Consolidado
Resultado imputável aos minoritários do segmento	976	249	40	162		2.027		423	42	3.919

Outras informações:

	Portugal	Espanha	Brasil	Egipto	Tunisia	Marrocos	Africa do Sul	Outros	Não alocados	Consolidado
Despêndios de capital fixo	18 036	18 389	739	6 647	6 879	3 383	738	622	87	55 521
Amortizações e depreciações em resultados	21 172	14 464	7 110	5 052	2 169	2 148	2 946	691	145	55 897
Provisões reconhecidas em resultados	264	(329)	(521)	5 523	2	(171)	160	479	2 920	8 327

Adicionalmente, os activos e passivos por segmento geográfico e a respectiva reconciliação com o total consolidado em 30 de Junho de 2005 e 31 de Dezembro de 2004, são como segue:

2005

	Portugal	Espanha	Brasil	Egipto	Tunisia	Marrocos	Africa do Sul	Outros	Não alocados	Eliminações	Consolidado
Activo											
Activos relativos aos segmentos	920.898	655.298	1.000.026	566.645	148.470	90.957	188.061	54.626	742.081	(951.473)	3 415 590
Investimentos em associadas											277 996
Total do activo consolidado											3.693.586
Passivo											
Passivos relativos aos segmentos	405.454	423.333	99.004	350.451	19.818	33.325	18.938	24.669	1.675.492	(951.473)	2 299 013
Total do passivo consolidado											2.299.013

2004

	Portugal	Espanha	Brasil	Egipto	Tunisia	Marrocos	Africa do Sul	Outros	Não alocados	Eliminações	Consolidado
Activo											
Activos relativos aos segmentos	806.020	966.723	841.071	239.799	152.340	83.013	187.684	72.792	1.108.827	(1.310.945)	3 147 324
Investimentos em associadas											266 405
Total do activo consolidado											3.413.729
Passivo											
Passivos relativos aos segmentos	291.320	342.817	97.384	403.422	18.607	26.359	22.756	22.717	2.271.552	(1.310.945)	2 185 988
Total do passivo consolidado											2.185.988

Segmentos de negócio:

As vendas e prestações de serviços por segmento de negócio apresentam a seguinte composição nos semestres findos em 30 de Junho de 2005 e 2004:

	2005	2004
Cimento	528.271	487.375
Betões e agregados	193.284	166.165
Outros	19.526	24.862
Total	741.081	678.402

6. RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros dos semestres findos em 30 de Junho de 2005 e 2004 têm a seguinte composição:

	2005	2004
Custos financeiros:		
Juros suportados		
Variação de justo valor nos Instrumentos financeiros derivados	12 978	18 980
Outros	35 472	30 648
Diferenças de câmbio desfavoráveis		
Variação de justo valor nos Instrumentos financeiros derivados	40 918	12 830
Outros	7 654	4 520
Descontos de pronto pagamento concedidos	1 491	2 670
Outros custos financeiros	4 871	4 374
	<u>103.385</u>	<u>74.022</u>
Proveitos financeiros:		
Juros obtidos		
Variação de justo valor nos Instrumentos financeiros derivados	8 357	34 814
Outros	12 052	9 639
Diferenças de câmbio favoráveis		
Variação de justo valor nos Instrumentos financeiros derivados	37 560	12 500
Outros	11 522	3 389
Diferenças de pronto pagamento obtidos	415	371
Ganhos na alienação de outros activos financeiros	89	129
Outros proveitos financeiros	927	7.151
	<u>70.923</u>	<u>67.992</u>
Resultados relativos a empresas associadas:		
Perdas em empresas associadas	(663)	(70)
Ganhos em empresas associadas	15.146	14.417
	<u>14.483</u>	<u>14.347</u>
Resultados relativos a investimentos:		
Rendimentos de participação de capital	1.252	1.328

7. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre o rendimento reconhecido nos semestres findos em 30 de Junho de 2005 e 2004, é como segue:

	2005	2004
Imposto corrente	19.994	19.688
Imposto diferido	6 855	17.672
Contingências fiscais	375	484
Encargo do período	<u>27.224</u>	<u>37.844</u>

As diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos activos e passivos e a correspondente base fiscal foram registadas conforme disposto na IAS 12 - Imposto sobre o rendimento.

O encargo de imposto registado nos semestres findos em 30 de Junho de 2005 e 2004, face ao resultado antes de imposto, pode ser apresentado do seguinte modo:

	2005		2004	
	Base Fiscal	Imposto	Base Fiscal	Imposto
Resultado antes de imposto	151.639		167.024	
Diferenças permanentes	<u>(49.922)</u>		<u>(25.443)</u>	
	<u>101.717</u>		<u>141.580</u>	
Encargo normal de imposto		27.972		38.935
Benefícios fiscais		(906)		(3.497)
Diferença de taxas e outros		(217)		1.922
Contingências fiscais		<u>375</u>		<u>484</u>
Encargo do período		<u>27.224</u>		<u>37.844</u>

As diferenças permanentes incluem, essencialmente, o efeito de resultados não tributados, da aplicação do método da equivalência patrimonial, e o acréscimo de provisões não aceites como custo fiscal.

8. DIVIDENDOS

Conforme deliberação da Assembleia Geral de Accionistas realizada em 27 de Abril de 2005, no semestre findo em 30 de Junho de 2005 foram pagos dividendos de 0,18 euros por acção (0,17 euros por acção em 2004).

9. RESULTADOS POR ACÇÃO

O resultado por acção, básico e diluído, dos semestres findos em 30 de Junho de 2005 e 2004, foi calculado tendo em consideração os seguintes montantes:

	2005	2004
Resultado por acção básico		
Resultado para efeito de cálculo do resultado líquido por acção básico (resultado líquido do período)	120.401	125.261
Número médio ponderado de acções para efeito de cálculo do resultado líquido por acção básico (milhares)	667.682	666.918
Resultado líquido por acção básico	<u>0,18</u>	<u>0,19</u>
Resultado por acção diluído		
Resultado para efeito de cálculo do resultado líquido por acção básico (resultado líquido do período)	120.401	125.261
Número médio ponderado de acções para efeito de cálculo do resultado líquido por acção básico (milhares)	667.682	666.918
Efeito das opções atribuídas no âmbito do Plano de atribuição de acções (milhares)	1.537	1.105
Número médio ponderado de acções para efeito de cálculo do resultado líquido por acção diluído	<u>669.219</u>	<u>668.023</u>
Resultado líquido por acção diluído	<u>0,18</u>	<u>0,19</u>

10. GOODWILL

Durante os semestres findos em 30 de Junho de 2005 e 2004, o movimento ocorrido nos valores de Goodwill, bem como nas respectivas perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

	2005								
	Portugal	Espanha	Brasil	Egipto	Tunisia	Marrocos	África do Sul	Outros	Total
Activo bruto:									
Saldo em 1 de Janeiro 2005	23.087	69.349	459.193	69.700	71.546	27.254	132.025	-	852.153
Ajustamento de conversão cambial	-	-	74.129	12.574	-	-	(5.524)	-	81.180
Adições	-	-	-	-	-	-	-	6.842	6.842
Alienações	(784)	-	-	-	-	-	-	-	(784)
Abates	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 30 Junho 2005	<u>22.303</u>	<u>69.349</u>	<u>533.322</u>	<u>82.274</u>	<u>71.546</u>	<u>27.254</u>	<u>126.501</u>	<u>6.842</u>	<u>939.391</u>
Perdas de imparidades acumuladas:									
Saldo em 1 de Janeiro 2005	-	-	-	-	-	24.031	-	-	24.031
Ajustamento de conversão cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reforços	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reduções	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 30 de Junho 2005	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>24.031</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>24.031</u>
Valor líquido	<u>22.303</u>	<u>69.349</u>	<u>533.322</u>	<u>82.274</u>	<u>71.546</u>	<u>3.223</u>	<u>126.501</u>	<u>6.842</u>	<u>915.360</u>

2004									
	Portugal	Espanha	Brasil	Egipto	Tunisia	Marrocos	África do Sul	Outros	Total
Activo bruto:									
Saldo em 1 Janeiro 2004	5 088	34 921	485 681	144 313	53 376	15 284	89 326	(2 236)	825 752
Ajustamentos efectuados na conversão para IFRS	12 126	22 985	(36 101)	(70 365)	18 170	11 971	32 256	2 236	(6 722)
Saldo inicial reexpresso	17 214	57 906	449 580	73 948	71 546	27 254	121 582	-	819 030
Ajustamento de conversão cambial	-	-	(8 488)	2 644	-	-	8 846	-	3 002
Adições	4 518	2 431	3 443	-	-	-	-	-	10 392
Alienações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Abates	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 30 Junho 2004	21.732	60.337	444.535	76.592	71.546	27.254	130.428	-	832.423
Perdas de imparidades acumuladas:									
Saldo em 1 Janeiro 2004	-	-	-	-	-	12 131	-	-	12 131
Ajustamentos efectuados na conversão para IFRS	-	-	-	-	-	11 900	-	-	11 900
Saldo inicial reexpresso	-	-	-	-	-	24 031	-	-	24 031
Ajustamento de conversão cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reforços	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reduções	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 30 Junho 2004	-	-	-	-	-	24.031	-	-	24.031
Valor líquido	21.732	60.337	444.535	76.592	71.546	3.223	130.428	-	808.392

Os valores de Goodwill são sujeitos a testes de imparidade anualmente, ou sempre que existam indícios de eventual perda de valor dos mesmos.

As análises de imparidade são efectuadas por referência aos fluxos de caixa descontados de cada uma das áreas de negócio a que se encontram afectos, tendo por base as projecções financeiras mais recentes aprovadas pelos Conselhos de Administração respectivos.

11. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os semestres findos em 30 de Junho de 2005 e 2004, os movimentos ocorridos no valor dos activos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações, foram os seguintes:

2005										
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Ferramentas e utensilios	Outros activos tangíveis	Activos tangíveis em curso	Adiantamentos por conta de activos tangíveis	Total
Activo bruto:										
Saldo em 1 Janeiro 2005	261.461	517 279	2 605 436	80 279	46 498	6 914	8 983	115 731	4 596	3 647 177
Variações do perímetro de consolidação	(2.716)	75	4 330	202	143	45	6	44	-	2 130
Efeito da conversão cambial	14 495	13 558	131 151	2 979	1 951	266	139	3 562	467	168 598
Adições	2 398	1 525	5 428	9 880	406	107	187	39 827	914	60.672
Alienações	-	(187)	(1 312)	(524)	(41)	(45)	(1)	-	-	(2 109)
Abates	(188)	-	(3 630)	(385)	(278)	-	(10)	-	-	(4.488)
Transferências	395	28.832	64.639	(233)	1.077	282	58	(83.195)	(801)	11.053
Saldo em 30 de Junho 2005	275.845	561.081	2.806.041	92.199	49.759	7.599	9.363	75.969	5.176	3.683.032
Depreciação e perdas de imparidades acumuladas:										
Saldo em 1 Janeiro 2005	30.647	242 470	1 814 238	60 334	37 341	5 850	5 273	-	-	2 196 151
Variações do perímetro de consolidação	(380)	(96)	2 932	109	82	16	4	-	-	2 668
Efeito da conversão cambial	208	3 959	80 894	2 436	1 355	255	78	-	-	89 074
Reforços	1 363	9 959	47.494	2 439	1 368	208	402	-	-	63.233
Reduções	-	(22)	(1 162)	(476)	(31)	(32)	(1)	-	-	(1 725)
Abates	-	-	(3 429)	(383)	(274)	-	(5)	-	-	(4 080)
Transferências	22	(19)	829	(302)	14	1	-	-	-	544
Saldo em 30 de Junho 2005	31.861	256.150	1.941.785	64.157	39.854	6.297	5.751	-	-	2.345.855
Valor líquido	243.984	304.930	864.256	28.042	9.905	1.302	3.612	75.969	5.176	1.537.177

	2004									
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Ferramentas e utensílios	Outros activos tangíveis	Activos tangíveis em curso	Adiantamentos por conta de activos tangíveis	Total
Activo bruto:										
Saldo em 1 Janeiro 2004	207 272	1 088 716	2 579 912	64 791	44 861	6 901	8 967	141 092	8 842	4 151 353
Ajustamentos efectuados na conversão para IFRS	46 397	(604 295)	(102 793)	-	-	-	-	-	-	(660 692)
Saldo inicial reexpresso	253 668	484 421	2 477 119	64 791	44 861	6 901	8 967	141 092	8 842	3 490 661
Variações do perímetro de consolidação	6 095	1 871	6 044	228	85	9	96	-	-	14 428
Efeito da conversão cambial	(328)	(532)	14 667	176	143	36	24	1 719	50	15 956
Adições	96	298	11 590	491	455	38	257	25 950	1 918	41 093
Alienações	(4)	(229)	(4 706)	(1 563)	(88)	(31)	(35)	-	-	(6 854)
Abates	-	(7)	(792)	(345)	(172)	-	(32)	-	-	(1 348)
Transferências	-	5 262	93 195	3 863	1 396	3	102	(96 450)	(1 186)	6 184
Saldo em 30 Junho 2004	259 529	491 084	2 597 115	67 641	46 662	6 957	9 378	72 311	9 625	3 560 320
Depreciação e perdas de imparidades acumuladas:										
Saldo em 1 Janeiro 2004	32 958	767 789	2 033 579	56 681	35 128	5 608	6 053	-	-	2 957 796
Ajustamentos efectuados na conversão para IFRS	(5 053)	(564 840)	(303 600)	-	-	-	-	-	-	(873 494)
Saldo inicial reexpresso	27 904	222 948	1 729 979	56 681	35 128	5 608	6 053	-	-	2 084 302
Variações do perímetro de consolidação	-	36	3 085	162	28	8	46	-	-	3 345
Efeito da conversão cambial	40	(214)	4 408	124	133	29	22	-	-	4 541
Reforços	1 328	9 243	50 848	1 830	1 467	237	317	-	-	65 269
Reduções	-	(153)	(3 384)	(1 951)	(78)	(31)	(16)	-	-	(5 613)
Abates	-	-	(515)	(344)	(15)	-	(24)	-	-	(897)
Transferências	1	599	2 722	3 296	55	1	20	-	-	6 694
Saldo em 30 Junho 2004	29 272	232 459	1 787 122	59 799	36 718	5 852	6 418	-	-	2 157 641
Valor líquido	230 256	258 624	809 993	7 841	9 964	1 104	2 960	72 311	9 625	1 402 679

Conforme mencionado na Nota 2.5., na data de transição para os IFRS, e ao abrigo do disposto no IFRS1, o Grupo optou por mensurar a generalidade dos seus activos fixos tangíveis pelo respectivo justo valor naquela data, o qual passou a ser considerado como novo valor de custo. Deste modo, quer o valor bruto, quer a depreciação acumulada daqueles activos, foram reexpressos.

Adicionalmente, conforme mencionado na Nota 2.19., na data de transição o valor dos terrenos de exploração foi aumentado por forma a reflectir o valor estimado das despesas futuras com a recuperação e reconstituição ambiental dos mesmos.

12. INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS

As partes de capital detidas em empresas associadas tiveram os seguintes movimentos nos semestres findos em 30 de Junho de 2005 e 2004:

	2005		
	Partes de Capital	Goodwill	Total
Saldo em 1 Janeiro 2005	179 647	86 758	266 405
Efeito cambial	-	2 816	2 816
Efeitos aplicação do método de equivalência patrimonial:			
Efeito em resultado (Nota 6)	14 483	-	14 483
Efeito em capital próprio	(1 922)	-	(1 922)
Dividendos recebidos	(3 892)	-	(3 892)
Aumentos	23	-	23
Transferências	83	-	83
Saldo em 30 Junho 2005	188.422	89.574	277.996
	2004		
	Partes de Capital	Goodwill	Total
Saldo em 1 Janeiro 2004	77 199	71 252	148 451
Ajustamentos efectuados na transição para IFRS	(3 361)	(11 672)	(15 033)
Saldo em 1 Janeiro 2004 reexpresso	73 838	59 580	133 418
Efeitos aplicação do método de equivalência patrimonial:			
Efeito em resultado (Nota 6)	14 347	-	14 347
Efeito em capital próprio	(2 095)	-	(2 095)
Dividendos recebidos	(3 336)	-	(3 336)
Aumentos	11 259	282	11 541
Saldo em 30 Junho 2004	94.013	59.862	153.875

13. IMPOSTOS DIFERIDOS

Os movimentos ocorridos nos activos e passivos por impostos diferidos nos semestres findos em 30 de Junho de 2005 e 2004, foram os seguintes:

	2005				
	Saldo inicial	Efeito cambial	Imposto s/rendimento	Capital próprio	Saldo final
Activos por impostos diferidos:					
Ajustamentos de activos intangíveis	2 049	214	228	-	2 490
Ajustamentos de goodwill	5 248	1 098	(1 116)	-	5 230
Reavaliações e ajustamentos de activos tangíveis	10 962	1 776	(755)	-	11 983
Prejuízos reportáveis	39 667	(11 529)	(7 249)	-	20 890
Provisões para riscos e encargos	12 904	961	(92)	-	13 773
Ajustamentos de dívidas de cobrança duvidosa	1 679	(46)	80	-	1 713
Ajustamentos de depreciação de existências	1 833	62	(75)	-	1 820
Ajustamentos de investimentos financeiros	1 455	-	-	-	1 455
Outros	25.636	79	1.677	1.158	28.549
	<u>101.433</u>	<u>(7.385)</u>	<u>(7.302)</u>	<u>1.158</u>	<u>87.903</u>
Passivos por impostos diferidos:					
Reavaliação e ajustamentos de activos tangíveis	104.891	749	(170)	-	105.470
Provisões para riscos e encargos	2.519	-	147	-	2.666
Outros	4.890	1.074	(423)	-	5.541
	<u>112.301</u>	<u>1.823</u>	<u>(446)</u>	<u>-</u>	<u>113.678</u>
Impostos diferidos líquidos	<u>(10.868)</u>	<u>(9.209)</u>	<u>(6.855)</u>	<u>1.158</u>	<u>(25.775)</u>

	2004							
	Saldo inicial	Ajustamentos conversão IFRS	Saldo inicial reexpresso	Variação perímetro	Efeito cambial	Imposto s/rendimento	Capital próprio	Saldo final
Activos por impostos diferidos:								
Ajustamentos de activos intangíveis	69	1 127	1 196	-	(2)	493	-	1 687
Ajustamentos de goodwill	7 246	-	7 246	-	(174)	(1.033)	-	6 040
Reavaliações e ajustamentos de activos tangíveis	32 639	(24 121)	8 518	-	445	1.034	-	9 998
Prejuízos reportáveis	45 564	-	45 564	37	(3 601)	(9 999)	-	32 001
Provisões para riscos e encargos	11 621	-	11 621	-	(41)	745	-	12 325
Ajustamentos de dívidas de cobrança duvidosa	3 012	-	3 012	8	0	(1.687)	-	1 334
Ajustamentos de depreciação de existências	2 389	-	2 389	60	16	(201)	-	2 264
Ajustamentos de investimentos financeiros	1 220	-	1 220	-	-	1 218	-	2 438
Outros	1.372	27.233	28.605	-	8	(5.101)	7.833	31.345
	<u>105.132</u>	<u>4.238</u>	<u>109.370</u>	<u>106</u>	<u>(3.348)</u>	<u>(14.529)</u>	<u>7.833</u>	<u>99.432</u>
Passivos por impostos diferidos:								
Reavaliação e ajustamentos de activos tangíveis	76 101	31 530	107 631	2	1 407	2 005	-	111 046
Investimentos financeiros	757	-	757	-	-	106	-	863
Provisões para riscos e encargos	1 423	-	1 423	-	-	360	-	1 783
Outros	4.149	-	4.149	-	(118)	671	390	5.093
	<u>82.430</u>	<u>31.530</u>	<u>113.960</u>	<u>2</u>	<u>1.289</u>	<u>3.143</u>	<u>390</u>	<u>118.785</u>
Impostos diferidos líquidos	<u>22.702</u>	<u>(27.291)</u>	<u>(4.589)</u>	<u>103</u>	<u>(4.637)</u>	<u>(17.672)</u>	<u>7.443</u>	<u>(19.353)</u>

Os outros activos por impostos diferidos incluem, essencialmente, o efeito do registo dos instrumentos financeiros derivados de cobertura (Nota 16).

14. CAIXA E EQUIVALENTES A CAIXA

Em 30 de Junho de 2005 e 31 de Dezembro de 2004, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2005	2004
Numerário	497	647
Depósitos bancários	62.167	110.291
Títulos negociáveis	176.039	128.517
	<u>238.702</u>	<u>239.454</u>
Descobertos bancários	(52.222)	(34.320)
	<u>186.481</u>	<u>205.134</u>

A rubrica de caixa e equivalentes a caixa compreende os valores de caixa, depósitos imediatamente mobilizáveis, aplicações de tesouraria e depósitos a prazo com vencimento a menos de três meses, e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante. Em descobertos bancários estão registados os saldos credores de contas correntes com instituições financeiras.

15. EMPRÉSTIMOS

Em 30 de Junho de 2005 e 31 de Dezembro de 2004, os empréstimos obtidos pelo Grupo eram como segue:

	2005	2004
Passivos não correntes:		
Empréstimos por obrigações	928.057	885.917
Empréstimos bancários	557.184	413.431
Outros empréstimos obtidos	7.755	8.925
	<u>1.492.996</u>	<u>1.308.273</u>
Passivos correntes:		
Empréstimos por obrigações	2.677	3.134
Empréstimos bancários	97.992	150.749
Outros empréstimos obtidos	2.399	2.403
	<u>103.068</u>	<u>156.287</u>
	<u>1.596.064</u>	<u>1.464.560</u>

Empréstimos obrigacionistas

O detalhe das emissões de Empréstimos por obrigações, não convertíveis, em 30 de Junho de 2005 e 31 de Dezembro de 2004, era o seguinte:

Emitente/Emissor	Instrumento	Data emissão	Taxa juro	Condições / reembolso	2005		2004	
					Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Cimpor Financial Operations B.V.	Eurobonds	27 Mai. 04	Taxa fixa 4,50%	27 Mai. 11	-	595.852	-	595.500
Cimpor Financial Operations B.V.	US Private Placement 10Y	27 Jun. 03	Taxa fixa 4,75%	27 Jun. 13	-	120.595	-	105.153
Cimpor Financial Operations B.V.	US Private Placement 12Y	27 Jun. 03	Taxa fixa 4,90%	27 Jun. 15	-	208.934	-	180.563
Cimentos de Moçambique S A R L	Empréstimo Obrigacionista	13.Dez.04	TAM + 5,25%	(i)	2.677	2.676	3.134	4.701
					<u>2.677</u>	<u>928.057</u>	<u>3.134</u>	<u>885.917</u>

(i) 5 semestralidades a partir de Junho de 2005.

Decorrente da aplicação das disposições do IAS39, relativamente à contabilização de cobertura (Nota 16), os "US Private Placements" incorporam as variações no respectivo justo valor, as quais em 30 de Junho de 2005 e 31 de Dezembro de 2004 ascendiam a 15.181 milhares de euros e a 58.994 milhares de euros, respectivamente.

Empréstimos bancários

Em 30 de Junho de 2005 e 31 de Dezembro 2004, as dívidas a instituições de crédito apresentavam a seguinte composição:

2005

<u>Tipo financiamento</u>	<u>Moeda</u>	<u>Taxa de juro</u>	<u>Não corrente</u>
Bilateral	EUR	Euribor + 0,275%	392.500
Financiamento BEI	EUR	Taxa Básica BEI	60.000
Bilateral	EGP	Caibor + 1,125%	16.354
Bilaterais	BRL	Várias	12.875
Bilateral	EUR	Euribor + 1,5%	15.410
Outros	ZAR	Várias	142
Outros	EUR	Várias	59.903
			557.184

<u>Tipo financiamento</u>	<u>Moeda</u>	<u>Taxa de juro</u>	<u>Corrente</u>
Papel Comercial	EUR	2,20%	25.000
Bilateral	EGP	Caibor + 1,125%	4.673
Bilateral	EGP	11,70%	73
Bilateral	EUR	Euribor + 1,5%	3.340
Bilaterais	BRL	Várias	3.466
Bilaterais	EUR	Várias	2.003
Bilaterais	ZAR	Várias	277
Descobertos	MZM	-	1.094
Descobertos	EGP	-	9.794
Descobertos	MAD	-	5.152
Descobertos	EUR	-	31.854
Descobertos	TND	-	2.412
Descobertos	ZAR	-	1.916
Outros	EUR	-	6.938
			97.992

2004

Tipo financiamento	Moeda	Taxa de juro	Não corrente
Empréstimo Sindicado	EUR	Euribor + 0,50%	300.000
Financiamento BEI	EUR	Taxa Básica BEI	60.000
Bilateral	EGP	Caibor + 1,125%	15.833
Bilaterais	BRL	Várias	11.101
Bilateral	EUR	Euribor + 1,5%	15.625
Bilateral	EGP	11,70%	62
Outros	ZAR	Várias	261
Outros	EUR	Várias	10.549
			413.431

Tipo financiamento	Moeda	Taxa de juro	Corrente
Bilateral	EUR	Euribor + 0,675%	87.500
Bilateral	USD	Libor + 1%	4.512
Bilateral	EGP	Caibor + 1,125%	3.958
Bilateral	EGP	11,70%	520
Bilateral	EUR	Euribor + 1,5%	6.250
Bilaterais	BRL	Várias	3.068
Bilaterais	EUR	Várias	3.496
Bilaterais	ZAR	Várias	358
Descobertos	EGP	-	12.031
Descobertos	MAD	-	4.216
Descobertos	EUR	-	15.994
Descobertos	TND	-	1.997
Descobertos	ZAR	-	82
Outros	EUR	-	6.767
			150.749

A dívida financeira não corrente apresenta os seguintes prazos de reembolso em 30 de Junho de 2005 e 31 de Dezembro de 2004:

	2005	2004
2006	229.126	141.963
2007	179.720	148.360
2008	102.564	80.930
2009	11.946	14.149
2010	10.246	7.639
2011	603.199	602.849
Após 2011	356.196	312.383
	1.492.996	1.308.273

Em 30 de Junho de 2005 e 31 de Dezembro 2004, os financiamentos encontravam-se expressos nas seguintes moedas:

Divisa	2005		2004	
	Valor em divisa	Valores em euros	Valor em divisa	Valores em euros
EUR	-	1.202.954	-	1.113.009
USD	404.000	329.529	410.146	290.228
EGP	216.390	30.894	267.920	32.405
MZM	191.076.175	6.447	198.333.300	7.835
BRL	46.554	16.341	51.218	14.169
ZAR	18.737	2.335	5.392	701
MAD	56.460	5.152	47.297	4.216
TND	3.849	2.412	3.266	1.997
		<u>1.596.064</u>		<u>1.464.560</u>

Os empréstimos denominados em moeda externa vencem juros à taxa de mercado e foram convertidos para euros tomando por base a taxa de câmbio existente à data de balanço.

Notações de *rating*

Vários instrumentos de financiamento, nomeadamente os créditos sindicados e os empréstimos bilaterais de maior dimensão, prevêem a indexação do respectivo *spread* à evolução da notação de *rating* da Standard & Poor's, reflectindo assim a valorização do risco destas operações para as instituições financeiras.

Controlo de empresas participadas

A maior parte das operações de financiamento tomadas por empresas operacionais ou por sub-holdings não prevê nos seus contratos a manutenção do controlo da maioria do seu capital por parte da CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A.. Todavia, as cartas de conforto que são solicitadas à Empresa - mãe para efeitos de contratação destas operações, contêm habitualmente o compromisso de não alienação do controlo (directo e/ou indirecto) dessas associadas.

Em 30 de Junho de 2005 e 2004, as cartas de conforto prestadas pela Empresa - mãe e outras filiais ascendiam a 469.072 e 473.740 milhares de euros, respectivamente.

Financial covenants

No mesmo tipo de operações de financiamento existem compromissos de manter determinados rácios financeiros em limites previamente negociados (*financial covenants*).

Nos principais financiamentos, os rácios financeiros sobre os quais existem compromissos são:

- Dívida financeira líquida / EBITDA;
- EBITDA / (Encargos financeiros – Proveitos financeiros).

Em 30 de Junho de 2005 e 2004, os referidos rácios encontravam-se na sua totalidade dentro dos compromissos estabelecidos.

Negative pledge

A maior parte dos instrumentos de financiamento prevê cláusulas de *Negative pledge*. Os financiamentos de maior dimensão (superiores a 50 milhões de euros) prevêem normalmente um nível de contingências sobre activos que não deve ser ultrapassado sem prévia comunicação às instituições financeiras.

Cross default

A existência de cláusulas de *cross default* é igualmente uma prática corrente nos contratos de financiamento, estando presentes também na grande maioria dos instrumentos de financiamento do Grupo CIMPOR.

16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

No âmbito da política de gestão de riscos do Grupo CIMPOR, em 30 de Junho de 2005 e em 31 de Dezembro 2004 estavam contratados um conjunto de instrumentos financeiros derivados destinados a minimizar os riscos de exposição a variações de taxa de juro e de taxa de câmbio.

O Grupo procede à contratação deste tipo de instrumentos após analisar os riscos que afectam a sua carteira de activos e passivos e verificar quais os instrumentos existentes no mercado que se revelam mais adequados à cobertura desses riscos.

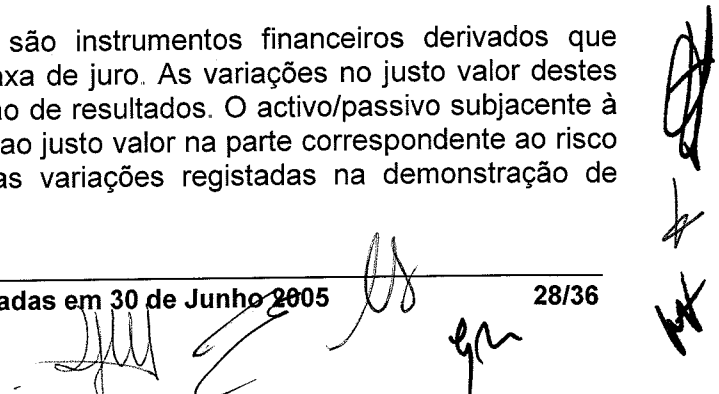
Estas operações são sujeitas a aprovação prévia por parte da Comissão Executiva e acompanhadas permanentemente pela Área de Operações Financeiras. São apurados periodicamente diversos indicadores relativos a estes instrumentos, nomeadamente o seu valor de mercado e a sensibilidade dos *cash-flows* previsionais e do próprio valor de mercado a alterações nas variáveis-chave que condicionam as estruturas, com o objectivo de avaliar os seus efeitos financeiros.

O registo dos instrumentos financeiros derivados e a qualificação dos mesmos enquanto instrumentos de cobertura ou instrumentos detidos para negociação, é efectuado em observância às disposições do IAS 39.

A contabilidade de cobertura é aplicável aos instrumentos financeiros derivados que são efectivos no que respeita ao efeito de anulação das variações de justo valor ou "cash-flows" dos activos/passivos subjacentes. A efectividade de tais operações é verificada regularmente, numa base trimestral. A contabilidade de cobertura abrange três tipos de operações:

- Coberturas de justo valor;
- Coberturas de cash-flow;
- Coberturas de investimento líquido numa entidade estrangeira.

Instrumentos de cobertura de justo valor são instrumentos financeiros derivados que cobrem os riscos de taxa de câmbio e/ou taxa de juro. As variações no justo valor destes instrumentos são registadas na demonstração de resultados. O activo/passivo subjacente à operação de cobertura também é valorizado ao justo valor na parte correspondente ao risco que se está a cobrir, sendo as respectivas variações registadas na demonstração de resultados.



Instrumentos de cobertura de “cash-flows” são instrumentos financeiros derivados que cobrem o risco de taxa de câmbio de compras ou vendas futuras de determinados activos e também os “cash-flows” associados ao risco de taxa de juro. A parcela efectiva das variações de justo valor das coberturas de “cash-flows” é reconhecida em capitais próprios na rubrica “Ajustamentos de conversão cambial e coberturas”, enquanto a parte não efectiva é imediatamente registada na demonstração de resultados.

Instrumentos de cobertura de investimento líquido numa entidade estrangeira são instrumentos financeiros derivados de taxa de câmbio que cobrem o risco associado aos efeitos patrimoniais resultantes da conversão das demonstrações financeiras das entidades estrangeiras. As variações no justo valor destas operações de cobertura são registadas na rubrica “Ajustamentos de conversão cambial e coberturas” nos capitais próprios, até que o investimento objecto da cobertura seja vendido ou liquidado.

Instrumentos detidos para negociação (trading) são instrumentos financeiros derivados que, embora contratados no âmbito da política de gestão de riscos do Grupo, não são enquadrados em termos de contabilidade de cobertura, quer porque não foram designados formalmente para o efeito ou, simplesmente, porque não são efectivos do ponto de vista da cobertura de acordo com o estabelecido no IAS 39.

Justo valor dos instrumentos financeiros

Em 30 de Junho de 2005 e 31 de Dezembro de 2004, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é o seguinte:

	Outros activos correntes		Outros passivos correntes		Outros passivos não correntes	
	2005	2004	2005	2004	2005	2004
Coberturas de justo valor						
Swaps de taxa de câmbio e taxa de juro	-	-	-	-	37.302	83.313
Coberturas de cash-flow						
Swaps de taxa de juro	-	-	-	-	2.731	1.622
Coberturas de investimentos financeiros						
Forwards cambiais	-	-	-	8.172	-	-
Trading						
Derivados de taxa de câmbio	56	7.300	1.537	-	1.877	-
Derivados de taxa de juro	-	-	-	-	62.006	54.867
	<u>56</u>	<u>7.300</u>	<u>1.537</u>	<u>8.172</u>	<u>103.916</u>	<u>139.802</u>

17. PROVISÕES ACUMULADAS

O movimento ocorrido nas provisões durante os semestres findos em 30 de Junho de 2005 e 2004, foi o seguinte:

	2005				Total
	Provisões para riscos legais e fiscais	Provisões para recuperação paisagística	Provisões para benefícios aos empregados	Outras provisões para riscos e encargos	
Saldo em 1 de Janeiro de 2005	98.917	32.309	19.671	12.219	163.117
Alterações de perímetro	-	-	-	91	91
Efeito cambial	2.029	3.031	(57)	552	5.555
Aumentos	4.687	742	1.860	2.149	9.438
Reduções	(8)	(419)	(423)	(3.474)	(4.324)
Transferências	-	-	-	795	795
Saldo em 30 de Junho de 2005	105.626	35.663	21.051	12.331	174.672

	2004				Total
	Provisões para riscos legais e fiscais	Provisões para recuperação paisagística	Provisões para benefícios aos empregados	Outras provisões para riscos e encargos	
Saldo em 1 de Janeiro de 2004	90.353	5.066	16.397	16.134	127.949
Ajustamentos efectuados na conversão para IAS	-	27.758	1.843	(2.454)	27.147
Saldo em 1 de Janeiro de 2004 reexpresso	90.353	32.823	18.240	13.680	155.096
Efeito cambial	264	(205)	114	47	220
Aumentos	8.307	201	5.523	1.318	15.349
Reduções	-	(640)	(537)	(2.436)	(3.613)
Saldo em 30 de Junho de 2004	98.924	32.180	23.340	12.608	167.052

18. EVENTOS SUBSEQUENTES

Os eventos mais relevantes ocorridos após 30 de Junho de 2005 encontram-se, detalhadamente descritos no Relatório de Gestão Sobre a Actividade Consolidada.

19. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 30 de Setembro de 2005.

20. IMPACTOS DA ADOÇÃO DOS IFRS

20.1. Regras adoptadas na transição

Conforme estipulado pelo IFRS 1, a CIMPOR procedeu à preparação de um balanço em 1 de Janeiro de 2004, data de transição, de acordo com os IFRS.

O IFRS 1 estabelece, como princípio genérico, que as políticas contabilísticas definidas pela CIMPOR, de acordo com os IFRS em vigor em 1 de Janeiro de 2005, sejam adoptadas retrospectivamente e os correspondentes ajustamentos, à data de transição, registados em Resultados Transitados.

Entre as diversas excepções àquele princípio, previstas no mesmo IFRS 1, as mais significativas adoptadas pela CIMPOR foram as seguintes:

- **Concentração de actividades empresariais e Goodwill**

A CIMPOR adoptou o IFRS 3, com efeitos reportados a 1 de Janeiro de 1999. Consequentemente, as amortizações de Goodwill praticadas posteriormente àquela data foram anuladas e o respectivo valor, nos diferentes casos aplicáveis, sujeito, desde então, a testes de imparidade anuais.

Adicionalmente, as diferenças de consolidação negativas ("Badwill") existentes à data de transição foram reconhecidas em Resultados transitados.

- **Efeitos de alterações de taxa de câmbio**

As diferenças de conversão cambial foram consideradas nulas na data de transição, pelo que eventuais diferenças anteriores a esta última serão excluídas no apuramento do ganho ou perda resultante da eventual alienação posterior das unidades operacionais em causa. Por outro lado, o Goodwill gerado nos processos de concentração empresarial ocorridos após a data de adopção do IFRS 3 passou a ser denominado na moeda das entidades adquiridas e, consequentemente, sujeito a variações cambiais.

- **Activos fixos tangíveis**

Embora adoptando o valor de custo como critério valorimétrico dos seus activos fixos tangíveis, a CIMPOR procedeu na data de transição à reavaliação de alguns dos referidos activos, relacionados com a actividade cimenteira, passando a designar esse novo valor como custo ("deemed cost").

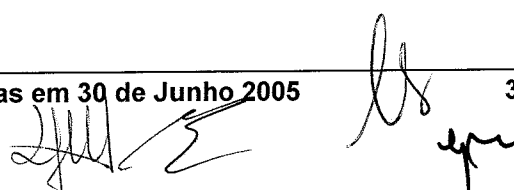
20.2. Principais diferenças de políticas contabilísticas

- **Activos intangíveis**

O normativo contabilístico português permite a capitalização de algumas despesas que, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, devem ser imediatamente reconhecidas como custos do exercício. É o caso, designadamente, das despesas associadas a processos de aumento de capital, a projectos de certificação de qualidade ou a estudos de impacto ambiental, as quais não cumprem com os critérios definidos no IAS 38 para o seu reconhecimento como um activo. À data da transição, as despesas daquela natureza, líquidas de amortizações acumuladas, que não satisfaziam os critérios de reconhecimento do IAS 38, foram anuladas por contrapartida de Resultados transitados.

- **Política de depreciação dos activos fixos tangíveis**

Alguns dos activos anteriormente depreciados por quotas degressivas passaram a ser depreciados por quotas constantes. Adicionalmente, ao invés de dotações anuais de depreciação no ano de aquisição ou de entrada em funcionamento dos bens, a respectiva depreciação passa a ter início no mês em que os mesmos se encontram em condições de ser utilizados.



- **Custos de recuperação das áreas de exploração das pedreiras**

De acordo com o normativo contabilístico geralmente aceite em Portugal, a CIMPOR procedia à constituição de provisões para fazer face aos custos com a recuperação paisagística das áreas em exploração, de forma gradual no decurso dessa exploração.

De acordo com o IFRIC 1, os custos totais de recuperação são adicionados ao valor do activo, por contrapartida da constituição de uma provisão (periodicamente actualizada), procedendo-se ao seu reconhecimento através da depreciação do activo em causa.

- **Interesses minoritários**

De acordo com o IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras, os interesses minoritários são apresentados como uma componente do capital próprio.

- **Gratificações a empregados e planos de atribuição de opções de compra de acções**

As gratificações atribuídas a empregados, a título de distribuição de resultados, na sequência de uma decisão tomada em Assembleia Geral, eram registadas como variação patrimonial negativa no exercício em que se verificava o respectivo pagamento. De acordo com o IAS 19, estas gratificações são reconhecidas em resultados no período a que respeitam os serviços pelos quais são atribuídas.

De acordo com a prática contabilística vigente em Portugal, os resultados apurados nas operações efectuadas ao abrigo de planos de atribuição de opções de compra de acções da própria Empresa (uma vez que a CIMPOR detém em carteira um número de acções próprias suficiente para fazer face à execução daqueles planos) são registados numa conta de Reservas. Nos termos do IFRS 2, as responsabilidades que derivam de opções atribuídas anteriormente à data de transição, mas ainda não exercidas a essa data, foram relevadas ao seu justo valor, por contrapartida de Resultados transitados; enquanto que opções atribuídas posteriormente, são contabilizadas, ao seu justo valor, como custos do período.

- **Custos e proveitos extraordinários**

As Normas Internacionais de Relato Financeiro não contemplam a existência de resultados extraordinários.

Os efeitos, no balanço em 1 de Janeiro de 2004, da conversão das demonstrações financeiras preparadas de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal ("POC") para as demonstrações financeiras reexpressas, em conformidade com as Normas Internacionais do Relatório Financeiro ("IFRS") em vigor em 1 de Janeiro de 2005, detalham-se como segue:

	1 de Janeiro de 2004		
	POC	Ajustamentos	IFRS
Activos não correntes:			
Goodwill	813 621	(18 622)	794 999
Activos intangíveis	7 046	(3 709)	3 337
Activos fixos tangíveis	1 193 557	212 802	1 406 359
Investimentos em associadas	148 451	(15 033)	133 418
Outros investimentos	15 481	(1 954)	13 527
Activos financeiros disponíveis para venda	59 226	-	59 226
Activos por impostos diferidos	105 132	4 238	109 370
Outras dívidas de terceiros	31 419	(785)	30 634
Estado e outros entes públicos	2 237	-	2 237
Outros activos não correntes	5.476	(5.476)	-
Total de activos não correntes	2.381.645	171.462	2.553.107
Activos correntes:			
Existências	135 327	-	135 327
Clientes e adiantamentos a fornecedores	218 229	-	218 229
Outras dívidas de terceiros	38 024	(1 168)	36 856
Estado e outros entes públicos	21 313	-	21 313
Caixa e equivalentes de caixa	292 735	-	292 735
Outros activos correntes	1.899	(674)	1.225
Total de activos correntes	707.527	(1.842)	705.684
Total do activo	3.089.172	169.620	3.258.791
Capital próprio:			
Capital	672 000	-	672 000
Acções próprias	(17 403)	-	(17 403)
Ajustamento de reserva cambial	(419 734)	419 734	-
Reservas	241 081	72	241 153
Resultados transitados	298 759	(363 664)	(64 905)
Resultado líquido do período	185.883	-	185.883
Capital próprio atribuível a accionistas	960 586	56 142	1 016 728
Interesses minoritários	78.329	(16.817)	61.512
Total de capital próprio	1 038 915	39 325	1 078 240
Passivos não correntes:			
Empréstimos	1 197 811	(31 592)	1 166 219
Locações financeiras	953	-	953
Passivos por impostos diferidos	82 430	31 530	113 960
Benefícios aos empregados	12 226	1 843	14 070
Provisões	106 115	26 973	133 087
Outras dívidas a terceiros	14 686	-	14 686
Estado e outros entes públicos	170	-	170
Outros passivos não correntes	34.616	101.360	135.975
Total de passivos não correntes	1.449.006	130.114	1.579.120
Passivos correntes:			
Fornecedores e adiantamentos de clientes	131 309	-	131 309
Estado e outros entes públicos	32 783	-	32 783
Locações financeiras	955	-	955
Empréstimos	333 601	-	333 601
Benefícios aos empregados	4 171	-	4 171
Provisões	5 438	(1 669)	3 769
Outras dívidas a terceiros	72 265	-	72 265
Outros passivos correntes	20.728	1.850	22.578
Total de passivos correntes	601 251	181	601 432
Total do passivo	2 050 257	130 295	2 180 552
Total do passivo e capital próprio	3 089 172	169 620	3 258 792

O detalhe dos ajustamentos efectuados, com efeitos em capital próprio, reportados a 1 de Janeiro de 2004, para efeitos de conversão para os IFRS, é como segue:

Capital próprio - POC	<u>960.586</u>
Ajustamentos de transição:	
Concentração de actividades empresariais e Goodwill	223.580
Efeitos de alterações de taxa de câmbio	(258.394)
Activos fixos tangíveis	201.118
Activos intangíveis	(3.528)
Gratificações e planos de atribuição de opções de compra de acções	(1.850)
Impacto na adopção do IAS39	(76.873)
Outros	(621)
Impostos diferidos - Impactos dos ajustamentos de transição	(27.291)
Interesses minoritários	61.512
	<u>117.654</u>
Capital próprio - IFRS	<u><u>1.078.240</u></u>

Adicionalmente, as reconciliações entre o capital próprio de acordo com o POC e de acordo com os IFRS em 30 de Junho de 2004 e 31 de Dezembro de 2004, bem como a reconciliação entre os respectivos resultados nos períodos findos naquelas datas, é como segue:

Capital próprio - POC	<u>882.557</u>
Ajustamentos de transição	117.654
Ajustamentos do período por resultados:	
Concentração de actividades empresariais e Goodwill	33.228
Activos fixos tangíveis	6.600
Activos intangíveis	(1.594)
Política de amortização do imobilizado corpóreo	4.313
Gratificações e planos de atribuição de opções de compra de acções	(2.679)
Outros	646
Impostos diferidos - Impactos dos ajustamentos por resultados	(1.507)
Interesses minoritários	(538)
	<u>38.469</u>
Ajustamentos do período por reservas e resultados transitados:	
Impacto na adopção do IAS39 - líquido do impacto de impostos diferidos (a)	49.838
Gratificações e planos de atribuição de opções de compra de acções	2.383
Efeito em reserva de conversão cambial	2.093
Outros	(1.647)
Interesses minoritários	(2.433)
	<u>50.234</u>
Total de ajustamentos do período	<u>88.703</u>
Capital próprio - IFRS	<u><u>1.088.914</u></u>

31 Dezembro 2004

Capital próprio - POC	970.352
Ajustamentos de transição	117.654
Ajustamentos do exercício por resultados:	
Concentração de actividades empresariais e Goodwill	66.532
Activos fixos tangíveis	12.991
Activos intangíveis	(2.445)
Política de amortização do imobilizado corpóreo	3.165
Gratificações e planos de atribuição de opções de compra de acções	(3.566)
Outros	2.079
Impostos diferidos - Impactos dos ajustamentos por resultados	(6.912)
Interesses minoritários	(3.140)
	<u>68.704</u>
Ajustamentos do exercício por reservas e resultados transitados:	
Concentração de actividades empresariais e Goodwill	5.374
Efeito em reserva de conversão cambial	12.446
Impacto na adopção do IAS39 - líquido do impacto de impostos diferidos (a)	49.838
Outros	1.487
Interesses minoritários	1.884
	<u>71.030</u>
Total de ajustamentos do exercício	<u>139.735</u>
Capital próprio - IFRS	1.227.741

- (a) O Grupo Cimpor adoptou no exercício de 2004 as disposições do IAS 39 com efeitos a 1 de Janeiro de 2004, pelo que o impacto aqui apresentado, embora não considerado no balanço POC em 31 de Dezembro de 2003, correspondente ao balanço de transição em 1 de Janeiro de 2004, foi incluído nas demonstrações financeiras preparadas de acordo com aquele normativo do exercício findo em 31 de Dezembro de 2004.

Handwritten signatures and initials are present at the bottom of the page, including a large signature on the right and several smaller ones below it.

Decorrente dos ajustamentos indicados, o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2004, reexpresso de acordo com a IFRS é como segue:

	POC	Ajustamentos	IFRS
Activos não correntes:			
Goodwill	781 420	46 701	828 122
Activos intangíveis	18 300	(4 078)	14 222
Activos fixos tangíveis	1 217 543	233 483	1 451 026
Investimentos em associadas	268 395	(1 990)	266 405
Outros investimentos	16 158	(7 495)	8 663
Activos financeiros disponíveis para venda	52 334	-	52 334
Activos por impostos diferidos	121 772	(20 340)	101 433
Outras dívidas de terceiros	2 320	(785)	1 535
Estado e outros entes públicos	2 677	-	2 677
Outros activos não correntes	4 499	(4 499)	-
Total de activos não correntes	2.485.420	240.998	2.726.418
Activos correntes:			
Existências	153 111	-	153 111
Clientes e adiantamentos a fornecedores	232 533	-	232 533
Outras dívidas de terceiros	21 547	(1 184)	20 363
Estado e outros entes públicos	32 669	-	32 669
Caixa e equivalentes de caixa	239 455	-	239 455
Outros activos correntes	9 748	(565)	9 182
Total de activos correntes	689.061	(1.750)	687.312
Total do activo	3.174.481	239.248	3.413.729
Capital próprio:			
Capital	672 000	-	672 000
Ações próprias	(15 534)	-	(15 534)
Ajustamentos de conversão cambial	(423 531)	432 180	8 649
Reservas	240 785	2 021	242 806
Resultados transitados	310 724	(308 914)	1 810
Resultado líquido do período	185 909	68 705	254 614
Capital próprio atribuível a accionistas	970 352	193 992	1 164 344
Interesses minoritários	76 315	(12 919)	63 397
Total de capital próprio	1.046.668	181.073	1.227.741
Passivos não correntes:			
Empréstimos	1 312 772	(4 499)	1 308 273
Loações financeiras	2 299	-	2 299
Passivos por impostos diferidos	69 584	42 717	112 301
Benefícios aos empregados	18 337	660	18 997
Provisões	115 385	25 865	141 250
Outras dívidas a terceiros	13 550	-	13 550
Estado e outros entes públicos	3 912	-	3 912
Outros passivos não correntes	155.682	(661)	155.021
Total de passivos não correntes	1.691.521	64.082	1.755.603
Passivos correntes:			
Fornecedores e adiantamentos de clientes	146 176	-	146 176
Estado e outros entes públicos	29 723	-	29 723
Loações financeiras	1 574	-	1 574
Empréstimos	156 287	-	156 287
Benefícios aos empregados	674	-	674
Provisões	10 603	(8 407)	2 196
Outras dívidas a terceiros	45 804	-	45 804
Outros passivos correntes	45.453	2.500	47.952
Total de passivos correntes	436.293	(5.907)	430.385
Total do passivo	2.127.814	58.175	2.185.988
Total do passivo e capital próprio	3.174.481	239.248	3.413.729

Valores mobiliários emitidos pela sociedade e detidos pelos órgãos sociais

Conselho de Administração

Accionistas	Ações	N.º Títulos 31-12-04	N.º Títulos 30-06-05	Movimentos em 2005			Data
				Aquisições	Alienações	P U	
Ricardo Manuel Simões Bayão Horta (Prof.)	Cimpor	12 130	25.240	10 000		4,31	29-Abr-05
				3 110		3,21	11-Mai-05
Luis Eduardo da Silva Barbosa (Dr)	Cimpor	2 150	2.690	540		3,21	11-Mai-05
Jacques Lefèvre (Dr)	Cimpor	1 650	2.190	540		3,21	11-Mai-05
Jean Carlos Angulo (Eng.º)	Cimpor	7 760	9.310	1 550		3,21	11-Mai-05
Jorge Manuel Tavares Salavessa Moura (Eng.º)	Cimpor	116 490	109.300	17 500		2,84	23-Mar-05
				34 000		3,20	23-Mar-05
				2 800		3,21	11-Mai-05
				40 000	101 490	3,30	19-Mai-05
					4 48	4,48	20-Mai-05
Luis Filipe Sequeira Martins (Eng.º)	Cimpor	57 590	80.000		17 590	4,33	01-Mar-05
				14 000		2,84	23-Mar-05
				27 000		3,20	23-Mar-05
				2 640		3,21	11-Mai-05
				31 000		3,30	19-Mai-05
					9 938	4,65	27-Jun-05
	24 702	4,60	28-Jun-05				
Manuel Luis Barata de Faria Blanc (Dr)	Cimpor	62 760	137.400	14 000		2,84	23-Mar-05
				27 000		3,20	23-Mar-05
				2 640		3,21	11-Mai-05
				31 000		3,30	19-Mai-05
Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte (Dr)	Cimpor	124 060	231.940	21 000		2,84	23-Mar-05
				40 000		3,20	23-Mar-05
				2 880		3,21	11-Mai-05
				44 000		3,30	19-Mai-05
Vicente Arias Mosquera (Dr)	Cimpor	530	1 070	540		3,21	11-Mai-05

(Sociedades (alínea d) do n.º 2 do artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais)

Accionistas	Título	N.º Títulos
Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A. (1)	Acções	67.527.510
Atlansider, SGPS, S.A. (2)	Acções	13.146.245
Atlansider – Comércio de Produtos Siderúrgicos, Lda. (3)	Acções	312.300
Investifino – Investimentos e Participações, SGPS, S.A. (4)	Acções	97.825.000
CAXALP, SGPS, Lda. (5)	Acções	101.490

Notas:

- (1) Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte (Dr), como membro do Conselho de Administração
- (2) Ricardo Bayão Horta (Prof), e José Enrique Freire Arteta (Dr), como membros do Conselho de Administração
- (3) José Enrique Freire Arteta (Dr), como Gerente
- (4) José Manuel Baptista Fino, como membro do Conselho de Administração
- (5) Jorge Manuel Tavares Salavessa Moura (Eng), como Sócio Gerente

Handwritten signatures and initials of the board members, including names like 'JMM', 'Z', 'JM', 'JM', and 'JM'.

Lista dos titulares de participações sociais qualificadas ⁽¹⁾

Accionistas	Nº Acções	% Capital Social	% Direitos de Voto ⁽²⁾
Teixeira Duarte, SGPS, S.A. ⁽³⁾	138.372.075	20,59%	20,71%
Através dos membros dos seus órgãos de administração e fiscalização	83.905	0,01%	0,01%
Através da sociedade, por si dominada, Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A.	135.011.220	20,09%	20,21%
Por si	67.527.510	10,05%	10,11%
Através dos membros dos seus órgãos de administração e fiscalização	278.710	0,04%	0,04%
Através da sociedade, por si dominada, Tedal, SGPS, S.A.	67.205.000	10,00%	10,06%
Através da sociedade, por si dominada, TDG, SGPS, S.A.	3.276.950	0,49%	0,49%
Grupo Credit Suisse	85.538.586	12,73%	12,80%
Através da sociedade Credit Suisse First Boston International, sob o domínio directo do Credit Suisse, por sua vez integrante do grupo acima ⁽⁴⁾	76.399.370	11,37%	11,43%
Através da sociedade Credit Suisse First Boston (Europe) Limited, sob o domínio directo da sociedade Credit Suisse First Boston (UK) (International Holdings), por sua vez integrante do grupo acima ⁽⁵⁾	9.128.253	1,36%	1,37%
Através da sociedade Credit Suisse First Boston LLC, sob o domínio directo da sociedade Credit Suisse First Boston (USA) Inc., por sua vez integrante do grupo acima	10.963	0,00%	0,00%
Lafarge	84.908.825	12,64%	12,71%
Através dos membros dos seus órgãos de administração e fiscalização	1.120	0,00%	0,00%
Através da sociedade Ladelis, SGPS, Lda., dominada pela sociedade Lafarge Asland, S.A., por si controlada	84.907.705	12,64%	12,71%
Manuel Fino, SGPS, S.A.	75.825.000	11,28%	11,35%
Através da sociedade, por si integralmente dominada, Someria Enterprises, Inc.	75.825.000	11,28%	11,35%
Através da sociedade, por si dominada, Investifino – Investimentos e Participações, SGPS, S.A. ⁽⁶⁾	75.825.000	11,28%	11,35%
Fundo de Pensões do Banco Comercial Português	67.200.000	10,00%	10,06%
Fundação Berardo, Instituição Particular de Solidariedade Social	58.947.945	8,77%	8,82%
HSBC Holdings plc	29.332.295	4,36%	4,39%
Através da sociedade HSBC CCF Financial Products (France) SNC, dominada integralmente pela sociedade CCF, S.A. (directa e indirectamente através da HSBC CCF Securities (France) SNC, por si detida), sendo a sociedade CCF, S.A. integralmente detida pela HSBC Bank plc (Paris Branch), sociedade esta integralmente detida pela HSBC Bank plc, que, por sua vez, é integralmente detida pela HSBC Holdings plc. ⁽⁷⁾	29.332.295	4,36%	4,39%
ING Groep NV	20.684.170	3,08%	3,10%
Através da sociedade ING Bank NV, London Branch, dominada pela sociedade ING Bank NV, que, por sua vez, é detida pela sociedade ING Groep NV	20.684.170	3,08%	3,10%
Bipadosa, S.A. ⁽⁸⁾	13.509.025	2,01%	2,02%
Através da sociedade Metalúrgica Galaica, S.A., integralmente por si detida	13.509.025	2,01%	2,02%
Através da sociedade Atlansider, SGPS, S.A., detida a 50% pela sociedade LAF 98, S.L., integralmente por si detida	13.509.025	2,01%	2,02%
Por si	13.171.485	1,96%	1,97%
Através dos membros dos seus órgãos de administração e fiscalização	25.240	0,00%	0,00%
Através da sociedade, integralmente por si detida, Megasa – Comércio de Produtos Siderúrgicos, Lda.	312.300	0,05%	0,05%
Através da sociedade, por si detida a 50%, Atlansider, SGPS, S.A. ⁽⁹⁾	13.509.025	2,01%	2,02%
Por si	13.171.485	1,96%	1,97%
Através dos membros dos seus órgãos de administração e fiscalização	25.240	0,00%	0,00%
Através da sociedade, integralmente por si detida, Megasa – Comércio de Produtos Siderúrgicos, Lda.	312.300	0,05%	0,05%

(1) Conforme Comunicados de Participações Oficiais Qualificadas recebidos pela sociedade até 30.06.2005.

(2) Considerando 3.867.300 acções próprias a 30.06.2005.

(3) Participação Social Qualificada apresentada conforme comunicada oficialmente à sociedade (inclui acções dos membros dos órgãos de administração e fiscalização da Teixeira Duarte, SGPS, S.A., conforme entendimento da CMVM)

(4) Inclui 11.482.758 acções que poderão advir da conversão de obrigações por si detidas

(5) Inclui 3.195.632 acções que poderão advir da conversão de obrigações por si detidas

(6) Sociedade integralmente dominada pela Manuel Fino, SGPS, S.A.

(7) Inclui 3.125.000 acções cuja titularidade poderá ser recuperada até ao vencimento de um *Equity Swap Agreement*

(8) Inclui acções dos membros dos órgãos de administração e fiscalização da Atlansider, SGPS, S.A., conforme entendimento da CMVM

(9) Só imputadas uma vez no apuramento da posição da Metalúrgica Galaica, S.A.

Handwritten signatures and initials are present at the bottom of the page, including a large signature on the left, several smaller signatures in the center, and initials on the right side.

RELATÓRIO DE REVISÃO LIMITADA ELABORADO POR AUDITOR REGISTADO NA CMVM SOBRE INFORMAÇÃO SEMESTRAL CONSOLIDADA

Introdução

1. Para os efeitos do artigo 246.º do Código dos Valores Mobiliários, apresentamos o nosso Relatório de Revisão Limitada sobre a informação financeira consolidada do semestre findo em 30 de Junho de 2005, da Cimpor - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A. (“Empresa”), incluída: no relatório de gestão, no balanço consolidado, que evidencia um total de 3.693.586 milhares de Euros e capitais próprios de 1.394.573 milhares de Euros, incluindo um resultado líquido consolidado de 120.401 milhares de Euros, nas demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas, dos fluxos de caixa e das alterações no capital próprio do semestre findo naquela data e no correspondente anexo.
2. As quantias das demonstrações financeiras, bem como as da informação financeira adicional, são as que constam dos registos contabilísticos da Empresa, posteriormente ajustadas com as quantias, ainda sem registo contabilístico, que foram objecto do nosso trabalho.

Responsabilidades

3. É da responsabilidade do Conselho de Administração: (i) a preparação de informação financeira consolidada que apresente de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações, as alterações no capital próprio e os seus fluxos de caixa consolidados; (ii) que a informação financeira histórica, seja preparada de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro adoptadas pela União Europeia (“IAS/IFRS”) e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (iv) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e (v) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.
4. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos acima referidos, designadamente sobre se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva, lícita e em conformidade com o exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório de segurança moderada, profissional e independente, sobre essa informação financeira, baseado no nosso trabalho.

A expressão Deloitte refere-se a uma ou várias sociedades que operam ao abrigo de um acordo com a Deloitte Touche Tohmatsu, uma Swiss Verein, bem como às suas respectivas representadas e afiliadas. Deloitte Touche Tohmatsu é uma associação mundial de sociedades dedicadas à prestação de serviços profissionais de excelência, concentradas no serviço ao cliente sob uma estratégia global, aplicada localmente em, aproximadamente, 150 países. Como Swiss Verein (associação), nem a Deloitte Touche Tohmatsu nem qualquer das suas sociedades membro assumem qualquer responsabilidade isolada ou solidária pelos actos ou omissões de qualquer das outras sociedades membro. Cada uma das sociedades membro é uma entidade legal e separada que opera sob a marca “Deloitte”, “Deloitte & Touche”, “Deloitte Touche Tohmatsu” ou outros nomes relacionados.

Capital Social: 500.000,00 euros - NIPC: 501 776 311 - Matriculada na CRC de Lisboa sob o nº 1.1.743

Sede: Edifício Atrium Saldanha, Praça Duque de Saldanha, 1 - 6º, 1050-094 Lisboa

Tel: +(351) 210 427 500 Fax: +(351) 210 427 950 - www.deloitte.com/pt

• Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 - 1º, 4150-146 Porto - Tel +(351) 225 439 200 - Fax +(351) 225 439 650

Member of
Deloitte Touche Tohmatsu

Âmbito

5. O trabalho a que procedemos teve como objectivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação financeira anteriormente referida está isenta de distorções materialmente relevantes. O nosso trabalho foi efectuado com base nas Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, foi planeado de acordo com aquele objectivo, e consistiu principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever: (i) a fiabilidade das asserções constantes da informação financeira; (ii) a adequação das políticas contabilísticas adoptadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação; (iii) a aplicabilidade do princípio da continuidade; (iv) a apresentação da informação financeira; e (v) se, para os aspectos materialmente relevantes, a informação financeira consolidada é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita em conformidade com o exigido pelo Código dos Valores Mobiliários.
6. O nosso trabalho abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do relatório de gestão com os restantes documentos anteriormente referidos.
7. Entendemos que o trabalho efectuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente relatório de revisão limitada sobre a informação semestral.

Parecer

8. Com base no trabalho efectuado, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de uma segurança moderada, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação financeira consolidada do semestre findo em 30 de Junho de 2005, referida no parágrafo 1 acima da Cimpor - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., não esteja isenta de distorções materialmente relevantes que afectem a sua conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro adoptadas pela União Europeia e que, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 5 acima, que não seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.



Ênfase

9. Conforme divulgado na nota 2 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas, a Empresa adoptou pela primeira vez em 2005, na apresentação das suas demonstrações financeiras consolidadas, as IAS/IFRS. No processo de transição das normas contabilísticas geralmente aceites em Portugal (“POC”), anteriormente adoptadas, para as IAS/IFRS, a Empresa seguiu os requisitos previstos na IFRS 1 - Adopção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro, tendo a data de transição sido reportada a 1 de Janeiro de 2004. Consequentemente, a informação financeira a esta data e do exercício de 2004, anteriormente apresentada de acordo com o POC, foi reexpressa para as IAS/IFRS, para efeitos de comparabilidade. Na preparação das demonstrações financeiras semestrais anexas foi seguida a IAS 34 - Relato Financeiro Intercalar, e incluíram-se na nota 20 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas, as divulgações adicionais exigidas relativamente ao processo de transição para as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Lisboa, 30 de Setembro de 2005



DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.
Representada por Carlos Pereira Freire